

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

WESLEY PAULO DOS SANTOS

MATERIALIDADE E RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES
DIVULGADAS NO RELATO INTEGRADO (RI): UM ESTUDO SOBRE O
LOBBYING NA ETAPA DE CONSULTATION DRAFT

Recife

2018

WESLEY PAULO DOS SANTOS

**MATERIALIDADE E RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES
DIVULGADAS NO RELATO INTEGRADO (RI): UM ESTUDO SOBRE O
LOBBYING NA ETAPA DE *CONSULTATION DRAFT***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade para usuário externo.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues.

Recife

2018

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S237r Santos, Wesley Paulo dos
Materialidade e responsabilidade das informações divulgadas no relato integrado (RI): um estudo sobre o *lobbying* na etapa de *consultation draft* / Wesley Paulo dos Santos. - 2018.
87 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2018.
Inclui referências.

1. Relato integrado. 2. Grupos de interesse. 3. Responsabilização. I. Rodrigues, Raimundo Nonato (Orientador). II. Título.

657 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2018 –078)

WESLEY PAULO DOS SANTOS

**MATERIALIDADE E RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES
DIVULGADAS NO RELATO INTEGRADO (RI): Um estudo sobre o *lobbying* na
etapa de *consultation draft***

Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 28/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Vinícius Gomes Martins (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Drª. Carla Renata Silva Leitão (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão deste trabalho a Deus pelo seu amor e graça paterna ser o princípio, meio e fim de todas as coisas, incluindo esta obra.

Ofereço este trabalho a minha esposa Cecília e a nossa amada filha Valentina. Perdão pela ausência e pelos momentos difíceis que surgiram ao longo desta jornada. Tudo que fiz e passei foi em busca do que acreditei ser o melhor para nossa família e não conseguiria se não tivesse nos dias difíceis o teu apoio e amor, Cecília, e a alegria da Tina para deixar as coisas suportáveis; amo vocês.

Ao pensar em apoiadores não poderia deixar de agradecer aos que primeiro me apoiaram, meus pais, Josivaldo e Silvânia; e a minha irmã Wesleyane, não escrevi errado. Obrigado por todo o cuidado, pelas noites mal dormidas, pelo Caminho que sigo e que hoje ensino a Valentina. Pai, obrigado por não me deixar abrir mão do meu sonho, obrigado pelas caronas diárias e por perguntar sempre como estavam as coisas. Mãe, obrigado pelas vezes que a senhora acordou de madrugada para fazer almoço, obrigado pelas orações e desejos apresentados a Deus para a conclusão deste mestrado. Ane, sei que nem sempre nos falamos e que tem dias que você se cansa de mim, mas também sei que sempre nos importamos com o outro. Sou grato também pelos outros familiares que perto ou distante me incentivaram, obrigado por tudo!

Agradeço de forma especial ao meu orientador, professor Raimundo Nonato Rodrigues. Se a palavra aluno significa ser sem luz, obrigado por trazer um pouco da luz do seu conhecimento para minha vida. O senhor é alguém que desde a graduação aprendi a admirar. Obrigado pelas porradas, pelos conselhos e pelos valiosos ensinamentos ao longo deste processo que não se restringiu a academia, mas que também me orientou para a vida. Professor Nonato, obrigado por ser um dos meus exemplos enquanto profissional e ser humano. Sou grato pelas contribuições que recebi no momento da qualificação dos professores Dr. Vinicius Martins e Dra. Márcia Ferreira. Professor Vinicius e Professora Márcia, foram as contribuições de vocês que fizeram esta obra crescer, muito obrigado. E aproveito aqui para agradecer, também, aos demais professores do PPGCC/UFPE por todo apoio oferecido ao longo do caminho e pelas excelentes aulas e conteúdos ministrados.

Olhando o que passei vejo que tudo foi como Deus quis e que não teria turma melhor para mim do que a turma 2016. Agradeço aos meus companheiros: Amanda (a Mirandinha), Andreza (a máquina de artigos), Elayne (a 1ª da turma), Elenildo (o cara),

Esdras (o Warren Buffett da turma), Filipe (o caladão gente boa), Hélio (o padre), Isnaldo (e suas múltiplas tarefas), Jayanne (a que mais conversava da turma), Jonas (o ansioso), Mariam (a Cubana mais legal que conheço), Mayke (o cara das ideias viajadas), Priscila (a mãe de Miguel), Valdemir (o conselheiro). E a alguns amigos da turma 2017 como Ivi, Arthur, Dani, Pablo e Mari; logo serão vocês!

Agradeço a turma 2016 do doutorado. Tiago, obrigado por ser um grande irmão abrindo as portas e me ensinando como a academia é. João, com o tempo percebi que apesar do seu jeito meio relaxado você se importa com muita coisa; obrigado por se importar também comigo. Rodrigo, obrigado pelos cafés e nossas conversas sobre finanças, temos muito ainda para conversar! Alexandre e Valter, obrigado por todo apoio e incentivo. Socorro, obrigado por todas as conversas sobre contabilidade ambiental e relato integrado.

Por fim, a todos que antes de mim pensaram na contabilidade como um instrumento de mudança social, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O Relato Integrado (RI) surgiu com a pretensão de ser uma nova forma de comunicação empresarial, buscando atender a um conceito mais amplo de valor que não apenas o financeiro, pretendendo relatar, também, o valor sob o enfoque ambiental e social, criado ou destruído por uma organização. Uma vez que o RI busca comunicar diferentes tipos de informações a diferentes tipos de usuários, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que elaborou a estrutura para esse reporte, estabeleceu duas consultas públicas denominadas de *Discussion Paper* (DP) e *Consultation Draft* (CD), visando identificar e conciliar os diferentes pontos de vista apresentados para o documento. Uma vez que cada lobista possuía os seus próprios interesses em relação ao RI, os participantes que possuíam interesse comuns poderiam se unir para tentar influenciar o *Board*, em um processo denominado por de escolha racional do *Lobby*. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa se concentrou em identificar se houve a formação de grupos de interesse, na etapa de *Consultation Draft* para a elaboração do RI, além de identificar as características apresentadas nos argumentos utilizados pelos remetentes para as questões referentes a materialidade e responsabilização das informações contidas no relatório. A amostra foi composta de 224 respostas para a questão sobre a materialidade e de 210 respostas referentes a responsabilização das informações apresentadas no RI. Os meios utilizados foram a regressão logística para determinar a formação de grupos de interesse e a técnica de análise de conteúdo, empregada para identificar características comuns nos argumentos utilizados entre os diferentes lobistas. Os resultados encontrados por este estudo apontam que não houve formação de grupos de interesse em nenhuma das duas questões consideradas. No entanto, foi verificada uma posição antagônica existente entre os preparadores de relatórios financeiros e usuários detentores do capital financeiro, em ambas questões. Os achados indicam que os lobistas não se uniram em coalizões que apresentassem significativa influência frente ao IIRC no momento da elaboração e homologação do RI. Em relação ao tipo de argumento considerado, a maior parte das justificativas se deu de forma conceitual, onde a maioria dos remetentes utilizou termos comuns que serviram de base para concordar ou discordar com as sugestões apresentadas pelo IIRC para cada questão.

Palavras chave: Relato Integrado. Grupos de interesse. Materialidade. Responsabilização.

ABSTRACT

The Integrated Report (IR) came up with the intent of being a new form of business communication, seeking to meet a broader concept of value other than just the financial one. Intending also to report the value from both environmental and social points of view created or destroyed by a given organization. Since IR seeks to communicate different kinds of information to different types of users, the International Integrated Reporting Council (IIRC), the body responsible for developing the international framework for this report, has established two public consultations known as the Discussion Paper (DP) and Consultation Draft (CD), in order to identify and reconcile the different points of view for this document. Since each lobbyist had their own interests related to the IR, participants who had a common interest could band together and try to influence the board, a process called the rational choice of lobby. Thus, the goal of this research was to identify if there was formation of interest groups in the Consultation Draft stage for the elaboration of the IR, as well as identifying the characteristics presented on the arguments used by the senders for questions concerning the materiality and accountability of the information contained in the report. The sample consisted of 224 responses to the matter of materiality and of 210 responses to the matter of accountability of the information presented in the IR. The means used for it were the logistic regression, to determine the formation of interest groups, and the content analysis technique, employed to identify common characteristics in the arguments used among different lobbyists. The results found by this study indicate that there was no formation of interest groups on neither of the two issues considered. However, an opposition was found between the preparers of financial reports and the shareholders of financial capital on both issues. The findings indicate that lobbyists did not unite in a way that had significant influence on the IIRC at the time of the IR design and approval. In relation to the sort of argument considered, the majority of the justifications occur in a conceptual level, where most of the senders used common terms that served as the basis to agree or disagree with the suggestions presented by the IIRC for each subject.

Keywords: Integrated Reporting. Interest Groups. Materiality. Accountability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma	25
Figura 2 - Modelo de carta	37
Figura 3 - Nuvem de palavras do grupo de concordantes da Q11	54
Figura 4 - Nuvem de palavras do grupo de discordantes da Q11	59
Figura 5 - Nuvem de palavras do grupo de concordantes da Q17	69
Figura 6 - Nuvem de palavras do grupo de discordantes da Q17	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos anteriores	20
Quadro 2 - Argumentos	42
Quadro 3 - Argumentos	44
Quadro 4 - Descrição das variáveis	47
Quadro 5 - Divisão dos grupos da Q11 para a análise qualitativa.....	54
Quadro 6 - Frequência de palavras mais utilizadas pelos concordantes da Q11	55
Quadro 7 - Palavras mais utilizadas pelos concordantes na Q11	55
Quadro 8 - Análise de cluster dos concordantes da Q11	56
Quadro 9 - Frequência de palavras mais utilizadas pelos discordantes da Q11.....	59
Quadro 10 - Palavras mais utilizadas pelos discordantes na Q11.....	60
Quadro 11 - Análise de cluster dos discordantes da Q11	61
Quadro 12 - Resumo dos posicionamentos da regressão logística	67
Quadro 13 - Divisão dos grupos da Q17 para a análise qualitativa.....	68
Quadro 14 - Frequência de palavras mais utilizadas pelos concordantes da Q17	69
Quadro 15 - Palavras mais utilizadas pelos concordantes na Q17	70
Quadro 16 - Análise de cluster dos concordantes da Q17	71
Quadro 17 - Frequência de palavras mais utilizadas pelos discordantes da Q17	74
Quadro 18 - Palavras mais utilizadas pelos discordantes na Q17.....	75
Quadro 19 - Análise de cluster dos discordantes da Q17	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra	37
Tabela 2 - Stakeholder Group	38
Tabela 3 - Região geográfica	39
Tabela 4 - Frequência de resposta da décima primeira questão	49
Tabela 5 - Regressão logística sobre materialidade	50
Tabela 6 - Frequência de resposta da décima sétima questão	64
Tabela 7 - Regressão logística sobre responsabilização	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A4S	<i>The Prince's Accounting for Sustainability Project</i>
CC	<i>Carta Comentário</i>
CD	<i>Consultation Draft</i>
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CFO	<i>Chief Financial Officer</i>
DP	<i>Discussion Paper</i>
EXP	Exponencial
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Boards</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
LOGIT	Regressão logística
Q11	Décima primeira questão
Q17	Décima sétima questão
RI	Relato Integrado
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SOX	Lei Sarbanes-Oxley
VIF	Fatores de Inflacionamento da Variância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Caracterização do problema	15
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo geral.....	18
1.2.2 Objetivo específico.....	18
1.3 Justificativa	18
2 REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 Lobbying no processo de elaboração de uma norma e na elaboração do relato integrado (RI)	21
2.2 Características do <i>International Integrated Reporting Council (IIRC)</i>	24
2.3 Materialidade no relato integrado	28
2.4 Responsabilização das informações contidas no relato integrado	32
3 METODOLOGIA	36
3.1 Enquadramento metodológico	36
3.2 População e amostra	36
3.2.1 População	36
3.2.2 Amostra.....	37
3.3 Análise de conteúdo	40
3.3.1. Codificação utilizada para a materialidade	40
3.3.2 Codificação utilizada para a responsabilização.....	43
3.4 Modelos quantitativos	45
3.4.1 regressão logística	45
3.4.2 Modelo de regressão.....	46
3.4.3 Teste u de Mann-Whitney	47
4 RESULTADO	49
4.1 Resultado e discussão sobre materialidade	49
4.1.1 Resultados estatísticos da décima primeira questão.....	49
4.1.2 Oposição entre os participantes da décima primeira questão.....	53
4.1.3 Análise de conteúdo da décima primeira questão	53
4.1.2.1 grupo de concordantes	54
4.1.2.2 Grupo de discordantes	58
4.2 Resultado e discussão sobre responsabilização	63
4.2.1 Resultados estatísticos da décima sétima questão.....	64
4.2.2 Análise de conteúdo da décima sétima questão	68

<i>4.2.2.1 Grupo de concordantes</i>	68
<i>4.2.2.2 Grupo de discordantes</i>	73
4.3 Discussão da análise de conteúdo	78
5 CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

O Relato Integrado (RI) surgiu com a pretensão de ser uma nova forma de comunicação empresarial, buscando atender a um conceito mais amplo de valor que não apenas o valor no conceito financeiro, pretendendo relatar, também, o valor sob o enfoque ambiental e social criado ou destruído por uma organização. Nesse sentido, apesar do RI manter os provedores de capital financeiro como os principais usuários das informações empresariais, o RI também se propõe em comunicar a criação ou destruição de valor para o maior número possível de partes interessadas, igualmente denominados de *stakeholders* (IIRC, 2013a).

Para Carvalho e Kassai (2014) o RI se constituirá em uma revolução contábil uma vez que irá mudar a forma que o valor da empresa será comunicado aos provedores de capital financeiro. Diferente dos atuais relatórios contábeis, que possuem como foco a informação financeira, o RI por meio de uma abordagem de múltiplos capitais busca identificar e relatar outras questões que dificilmente seriam divulgadas nos relatórios financeiros. Assim, o RI possui como objetivo unir as informações contábeis com as informações presentes em outros relatórios como, por exemplo, o relatório de sustentabilidade elaborado pelo *Global Reporting Initiative* (GRI).

Para atender ao objetivo a que se propõe o RI trabalha com princípios que servem de base para a utilização e divulgação de seis tipos distintos de capitais, são eles: capital financeiro, capital manufaturado, capital intelectual, capital humano, capital social e de relacionamento e capital natural; onde nem todos os capitais são relevantes ou aplicáveis a todas organizações (IIRC, 2013a). Para Fasan, Mio e Pauluzzo (2016) o principal diferencial do RI foi o de trazer e conciliar o capital financeiro com esses outros cinco tipos de capitais.

Uma vez que o RI busca comunicar diferentes tipos de informações a diferentes tipos de usuários, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), órgão responsável pela elaboração da Estrutura Internacional para o Relato Integrado ou *Framework*, estabeleceu duas consultas públicas denominadas de *Discussion Paper* (DP) e *Consultation Draft* (CD), visando identificar e conciliar os diferentes enfoques apresentados para o documento.

A etapa de DP se deu no ano de 2011 e contou com a colaboração de 214 respostas enviadas de mais de 30 países (IIRC, 2011). Ao final da etapa de DP o IIRC divulgou o rascunho do *Framework* do Relato Integrado. Esse rascunho foi o objeto de

apreciação da segunda etapa de consulta pública, CD, realizada entre abril e julho de 2013 e contou com a colaboração de 359 respostas de todos os continentes do mundo (IIRC, 2013b). Em ambas consultas públicas participaram do processo diferentes grupos de *stakeholders*, como investidores, padronizadores, empresas, organizações de profissionais, empresas de contabilidade, bolsas de valores, organizações sem fins lucrativos e acadêmicos. Por fim, após essa segunda etapa, em dezembro de 2013 foi divulgado para a comunidade internacional, de forma definitiva, o *Framework* do RI (IIRC, 2013a).

Esses processos de consultas públicas já são conhecidos pela contabilidade, uma vez que vários estudos já se propuseram a analisar o processo da promulgação das normas contábeis e o *lobbying* realizado pelos grupos de interesse, através da análise das respostas enviadas pelos lobistas aos *Boards*, em um processo que é considerado como político. Por exemplo, Orens, Jorissen, Lybaert (2011), Giner e Arce (2012) e Demaria, Dufour, Louisy-Louis, Luu (2012) analisaram o *lobbying* existente no contexto do *International Accounting Standards Boards* (IASB); já Tandy e Wilburn (1996) e Young (2006) analisaram a ocorrência do *lobbying* na promulgação das normas do *Financial Accounting Standards Board* (FASB). O que esses estudos sobre o *lobbying* identificaram é que as partes interessadas no geral estarão atuando de forma a tentar maximizar os seus interesses, o que já foi predito por Sutton (1984) em seu modelo denominado de escolha racional do *lobby*.

Não diferente de outras consultas públicas, Reuter e Messner (2015) ao analisar o *lobbying* na etapa de DP do RI identificou que apesar da maioria dos participantes se apoiar em um discurso de sustentabilidade eles agiam buscando a maximização de seus próprios interesses; o que demonstra que os diversos remetentes possuíam interesses diferentes em relação ao RI. No entanto, esses autores não analisaram o processo de *lobbying* que existiu na etapa de CD nem se o *lobbying* realizado por cada partido teve sucesso frente ao IIRC.

1.1 Caracterização do problema

O IIRC estabeleceu que “o principal objetivo de um relatório integrado é explicar a provedores do capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo” (IIRC, 2013a, p. 7), bem como que a seleção e responsabilização das informações contidas no RI pertencem aos responsáveis pela governança das empresas

(IIRC, 2013a). Dessa forma, o IIRC constituiu uma relação entre os responsáveis pela governança das empresas e os provedores de capital financeiros ou investidores, estes no papel de usuários e aqueles na qualidade de preparadores das informações do RI.

De acordo com Sutton (1984), Jorissen, Lybaert, Orens e Tas (2012) e Reuter e Messner (2015), delimita-se como preparadores qualquer entidade ou organização que seja responsável por produzir o documento ou relatório ao qual a norma se destina; são considerados preparadores as organizações empresariais, de negócios, empresas e profissionais que prestam serviços de contabilidade, bancos e suas coalizações. Em contrapartida, se conceitua como investidores qualquer *stakeholder* que dependa da informação produzida por um preparador e que atue como provedor de capital financeiro; são considerados como investidores, investidores institucionais, investidores individuais e analistas de mercado.

No entanto, essa relação entre preparadores e usuários não é restrita apenas a governança das empresas e investidores, mas existem outros partidos que são atuantes no processo de elaboração de uma norma. Instituições governamentais, acadêmicos e instituições de pesquisa, organizações sem fins lucrativos, bolsa de valores, padronizadores e reguladores, organizações profissionais, e por fim, pessoas individuais, que não são investidores, todos eles são partidos atuantes na elaboração de uma norma contábil (SUTTON, 1984; JORISSEN ET AL.; 2012; REUTER E MESSNER; 2015).

Uma vez que cada partido possui características distintas, cada grupo, se reacional, buscará maximizar o seu próprio interesse (SUTTON, 1984). Para Sutton (1984) isso se torna mais evidente na relação entre preparadores e investidores. Relativamente ao RI, isso significa dizer que poderá existir conflitos de interesses entre essas duas partes em relação ao conteúdo do que deve ser divulgado no relatório; para isso, se espera que todos os grupos apresentem e defendam seus interesses diante do IIRC nas etapas de consulta pública. Esse possível conflito de interesse entre os partidos ganha contornos particulares no caso do RI, pois o *framework*, diferente de outras estruturas conceituais que abordam as questões contábeis, não possui a força de uma regulação para sua adoção, ao contrário, sua adoção se dá de forma voluntária (REUTER; MESNER, 2015).

Sobre o processo de normatização das informações contábeis, Scott (2009) expõe que a principal ineficiência de mercado que os reguladores da contabilidade buscam combater é a assimetria informacional visando atender, assim, ao interesse público.

Dessa forma, diferente do IASB e do FASB, onde seus documentos impõem aos preparadores uma estrutura formal de quais informações devem ser divulgadas e a forma que elas devem ser apresentadas, o IIRC, por trabalhar com princípios, não estabelece uma estrutura formal para a apresentação das informações que devem ser divulgadas no RI.

Outro ponto que deve ser considerado é que o RI além de não ser um relatório exclusivamente financeiro, também não é um relatório de sustentabilidade. De acordo com Busco, Frigo, Riccaboni e Quattrone (2013) apesar do RI considerar informações de sustentabilidade, por meio de seus capitais, e de não ignorar a utilidade de sua informação para os demais *stakeholders*, enquanto representantes da sociedade, no entanto, o conceito que define a materialidade da informação que deve ser relatada busca atender ao interesse dos provedores do capital financeiro, na qualidade de principais usuários. Essa diferença entre os tipos de usuários leva a distinção de vários grupos aos quais as informações contidas no RI interessam; são eles: as empresas de contabilidade, os investidores, as organizações de profissionais, os reguladores e padronizações de mercado, organizações não governamentais, acadêmicos e outros usuários.

Assim, diante da relação existente entre esses partidos que algumas vezes pode ser de oposição, este estudo visa contribuir por estudar o que cada grupo defendeu como sendo relevante, ou seja, material para a estrutura do RI e a quem caberia a responsabilizar sobre a emissão dessas informações. Por tanto, busca responder a seguinte questão de pesquisa: **Houve formação de grupos de interesse em relação ao conceito materialidade e responsabilização das informações sugeridas pelo IIRC na etapa de *Consultation Draft*?**

Foram estabelecidas duas hipóteses de pesquisa com o objetivo de responder ao problema. A primeira hipótese trata sobre o conceito de materialidade e tem como objetivo identificar se os remetentes, que pertencem ao mesmo grupo de stakeholders, possuem opiniões homogêneas sobre o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC de modo a formar um grupo de interesse. A segunda hipótese levada em consideração por este estudo diz respeito sobre a responsabilização das informações contidas no RI. Esta segunda hipótese considera se os investidores e empresas de contabilidade concordam em responsabilizar a governança das empresas em relação ao que será divulgado no RI, enquanto as empresas, excluindo as empresas de contabilidade, na

qualidade de preparadores de relatório não concordam com essa responsabilidade sugerida pelo IIRC.

A resposta a essas hipóteses trará evidências sobre a forma que os diferentes participantes se movimentaram e agiram para prevalecer seus interesses no RI. A forma que este estudo terá acesso à percepção desses grupos será por meio da análise das cartas comentários enviadas por eles para o IIRC, em um processo de *lobbying* realizado na etapa de CD, etapa anterior a divulgação da versão final do *framework*

1.2 Objetivos

Tendo em vista uma melhor compreensão acerca do estudo realizado; nesta seção serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho, sendo cada objetivo exposto em sua subseção.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar se houve a formação de grupos de interesse na etapa de *Consultation Draft*, na elaboração do RI, além de identificar as características apresentadas nos argumentos utilizados pelos remetentes para as questões referentes à materialidade e responsabilização das informações contidas no relatório.

1.2.2 Objetivo específico

- Identificar se houve formação de grupos de interesse.
- Analisar se os grupos de interesse convergem ou divergem entre si.
- Identificar quais as características presentes nos argumentos utilizados pelos lobistas.

1.3 Justificativa

Desde a crise de 1929 a contabilidade tem passado por um longo processo de regulação. Esse processo ainda que não tenha evitado novas crises, como a ocorrida em 2001 causada pela fraude da empresa de energia Eron ou a do *subprime*, em 2007, que teve como origem as concessões de empréstimos de alto risco. Ainda assim, regulação contábil surgiu com o objetivo sanar possíveis falhas de mercado ao buscar uma melhor forma de identificar, mensurar e relatar determinados eventos financeiros e econômicos. Nesse contexto, Botzem (2012) e Bütthe e Matli (2011) argumentam que o processo de

elaboração de uma norma, muitas vezes, é descrito como um processo apolítico e científico, no sentido de que se busca escolher a melhor solução técnica para a resolução do problema pretendido. Assim, obter o consenso sobre o que deveria ser contemplado em uma norma não seria algo difícil, bastaria levar em consideração qual seria a melhor técnica ou meio para sanar determinada falha de mercado e atender ao interesse público.

Esse tipo de pensamento que estabelece que o elaborador da norma trabalha para satisfazer ao interesse público pode ser considerado no caso do IIRC para o RI, uma vez que o RI visa evidenciar questões sociais e ambientais e comunicar essas questões ao maior número possível de *stakeholders* (MIO, 2016). Esse argumento ganha força ao considerar o que foi exposto por Reuter e Messner (2015), onde só irão se interessar pelo RI empresas que possuem interesse em alguma agenda voltada para a sustentabilidade.

No entanto, de acordo com Watts e Zimmerman (1978) a elaboração de um documento implica em um ato de escolha, por parte de quem o elabora, sobre que interesses a norma irá contemplar. Esses autores mostram que ainda que o elaborador vise o que é de interesse público, cada participante fará *lobbying* levando em consideração o seu próprio interesse. A busca dos seus próprios interesses, pelos participantes, foi algo evidenciado também na primeira parte de elaboração do RI por Reuter e Messner (2015), dessa forma, apesar dos remetentes possuírem interesses em questões de sustentabilidade existirão posicionamentos diferentes acerca do que deveria ser considerado no RI.

Assim, estudar o *lobbying* realizado na elaboração da Estrutura Internacional para o Relato Integrado é importante pois levantará evidências sobre que grupos de interesse, além de suas características foram apresentadas ao IIRC. A questão da materialidade e responsabilização foram as escolhidas pois é a materialidade que vai determinar o conteúdo a ser apresentado no RI; já a responsabilização evidenciará os responsáveis legais pelas informações apresentadas. Assim, diante da importância em se determinar o que será relatado e quem será responsabilizado por tais relatos é que essas questões ganham relevância.

No mais, a escassez de estudos sobre o *lobbying* em outras normas, em especial ao RI, foi o que motivou esta pesquisa. Apenas dois trabalhos tratam do *lobbying* no RI foram identificados:

Quadro 1 - Trabalhos anteriores

Autores	Objetivo	Resultados
Reuter e Messner (2015)	Lançar luz sobre as características dos grupos que exerceram pressão e os determinantes do seu comportamento junto ao IIRC na fase de <i>Discussion Paper</i> . Além da identificação dos pontos mais importantes de contestação a respeito da Proposta do relatório integrado.	Identificou que os preparadores praticaram mais <i>lobbying</i> que os demais grupos. Que entre os preparadores as empresas de contabilidade e sustentabilidade foram o maior grupo de destaque. E que a questão mais discutida foi sobre a materialidade.
Tunico e Rodrigues (2016)	Analisar a participação dos países da América do Sul, África e os países asiáticos Índia e China na definição do <i>Framework</i> do Relato Integrado, determinando a quais setores econômicos pertencem as entidades que enviaram comentários ao IIRC na etapa de <i>Consultation Draft</i> .	Se encontrou que não há diferenças significativas entre a participação de cada setor econômico ou região considerada no estudo. E que os preparadores foi o grupo que praticou maior <i>lobbying</i> .

Fonte: Reuter e Messner (2015); Tunico e Rodrigues (2016)

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção serão abordados os principais trabalhos e conceitos que fomentaram este estudo. A revisão da literatura foi dividida em 4 tópicos. O primeiro ponto abordará o *lobbying* no processo de elaboração de uma norma e na elaboração do Relato Integrado, onde serão abordados qual tipo de *lobbying* que será considerado neste estudo, qual o método utilizado e quais as partes envolvidas nesse processo. O segundo ponto contém as características do *International Integrated Reporting Council*, sua estrutura, sua missão e valores, suas similaridades e diferenças com o IASB e como isso pode afetar a elaboração do RI. O terceiro ponto trata sobre o conceito de materialidade adotado no RI, a quem favorece, quais grupos de *stakeholders* podem não estar de acordo com o conceito sugerido pelo IIRC. O quarto ponto é sobre a responsabilização das informações contidas no RI, quais grupos de *stakeholders* concordam ou discordam com a responsabilização sugerida pelo IIRC.

2.1 *Lobbying* no processo de elaboração de uma norma e na elaboração do relato integrado (RI)

O processo de *lobbying* se estabelece entre a relação de dois atores, o sujeito que elabora as normas e os lobistas. O elaborador, em muitos casos, se vale da justificativa de atuar em prol do interesse público no ato de sancionar uma norma (BOTZEM, 2012; BÜTHE; MATLI, 2011). O lobistas, por sua vez, possuem como objetivo o de influenciar o elaborador de acordo com os seus interesses (SUTTON, 1984). Entender a forma que cada um desses agentes atua é algo importante para melhor compreender o processo de homologação de um documento ou norma.

Em relação aos lobistas, um estudioso que ganhou notoriedade ao trabalhar com *lobbying* na contabilidade foi Sutton (1984), que adaptou o modelo de voto desenvolvido por Anthony Downs (1957), nas ciências políticas, para a contabilidade. O modelo de voto tinha como objetivo determinar a forma que cada grupo votaria em uma eleição e o argumento, *lobbying*, utilizado para justificar tal posição. Para Sutton (1984), o *lobbying* realizado no processo de promulgação de uma norma e o *lobbying* exercido no processo de votação possuem características comuns. Para ele nos dois casos o participante, se racional, deverá avaliar os demais *stakeholders* e o *lobbying* exercido por eles. Dessa forma, o modelo assume que um participante só praticará o *lobbying* se os benefícios potenciais gerados com a sua participação exceder aos custos

assumidos ao participar, tendo em conta a probabilidade de influenciar o resultado diante do ambiente de incerteza ao qual o processo está inserido.

Segundo Sutton (1984), para se estudar o processo de *lobbying* é necessário dividir os lobistas em dois grupos de interesse que são os de preparadores e os de usuários das demonstrações financeiras. Eising (2016) ao falar sobre a formação e as características dos grupos de interesse, para as ciências políticas, conceitua grupos de interesse como sendo o *lobbying* exercido por um conjunto de atores, lobistas, que possuem interesses comuns. Essa dualidade apresentada por Sutton (1984) para preparadores e usuários também foi trabalhada por Hartwing (2012) quando opôs preparadores e não preparadores na etapa de *Exposure Draft* do documento de combinação de negócios no IASB. Hartwing (2012) encontrou que de forma geral tanto preparadores quanto não preparadores utilizavam a mesma estrutura de argumento para expor sua posição frente ao *Board*. Em relação aos grupos de interesses outros trabalhos como os de Jorissen et al (2012), Carmo (2014), Reuter e Messner (2015) e Tavares (2016), apesar de se apoiarem nos conceitos estabelecidos por Sutton (1984), os expande ao segregar os participantes em vários grupos, além de preparadores e usuários.

Eising (2016) também informa que uma vez identificado o grupo de interesse, a medida seguinte é identificar quais são os grupos mais relevantes que compõe o processo político. Em relação aos principais atores, o próprio IIRC deixa claro quem é o seu usuário primário. Isso fica evidente quando o IIRC (2013a) informa que o objetivo do RI é informar aos provedores do capital financeiro como a empresa gera valor, deixando claro que são os investidores os principais usuários do RI. Quando o IIRC (2013a) propõe que a governança da empresa seja a principal responsável pelas informações contidas no RI, fica evidente que os principais atores que o RI vai afetar na qualidade de preparadores serão as empresas e a forma que essas comunicam suas informações.

Seguindo a lógica utilizada por Sutton (1984), em seguida, é necessário responder pelo menos três questões, a saber: 1- Quem pratica o *lobbying*; 2- Quando eles praticam; 3- que método é utilizado ao praticar tal ato. Apenas de posse das respostas dessas três questões é que serão possíveis determinar as características de cada grupo e avaliar se o órgão regulador foi sensível ao interesse de algum.

Sobre quem praticou *lobbying* no contexto do RI, Reuter e Messner (2015) argumentam que praticaram *lobbying* no IIRC aqueles indivíduos ou organizações que por algum motivo possuíam interesses em agendas sociais ou ambientais. Vale salientar

que não necessariamente os mesmos atores que geralmente fazem *lobbying* para os relatórios financeiros serão encontrados praticando *lobbying* junto ao IIRC. Isso se deve ao fato que a ideia do relatório integrado é frequentemente associada não só a uma dimensão econômica, mas também a questões de sustentabilidade. Uma vez que a adoção do RI é de caráter voluntário alguns atores que veem benefícios em praticar *lobbying* na confecção de alguma norma que diretamente o afete, não necessariamente encontrarão essa motivação no RI (REUTER; MESSNER, 2015).

No tocante a forma como o *lobbying* é realizado, Kwok e Sharp (2005) afirmam que existem dois métodos de se fazer *lobbying*: 1- direto; onde o indivíduo ou organização apresenta sem a ajuda de intermediários sua opinião para o regulador, seja através de cartas, reuniões, audiências públicas entre a parte interessada e o órgão normativo. 2- Indireto; método pelo qual o indivíduo ou organização se vale de intermediários para apresentar os seus interesses ao elaborador.

Orens et al. (2011) aponta que o *lobbying* também pode ser exercido de maneira formal e informal. O *lobbying* formal é quando os *stakeholders* utilizam os mecanismos formais deixados pelo órgão regulador para emitir suas opiniões, exemplo: reuniões e consultas públicas. Já o método informal é quando as partes interessadas se valem de outros mecanismos diferentes dos que foram disponibilizados pelo órgão regulador, como conversas privadas.

Dessa forma, o *lobbying* considerado neste estudo foi apenas aquele que ocorreu pelo método formal e direto através do envio de cartas comentários para o IIRC, na etapa de CD e disponível a consulta pública. A análise das cartas comentários, segundo Georgiou (2004), é um método que possibilita observar o comportamento das partes interessadas uma vez que os remetentes devem se posicionar em defesa dos seus interesses, seja a favor ou contra a proposta apresentada para a norma. Esses posicionamentos expressos nas cartas comentários, uma vez finalizado o processo, ficam disponíveis ao público tornando-se objeto de vários estudos. Giner e Arce (2012) analisaram o *lobbying* na IFRS 2, pagamento baseado em ações, através do exame de conteúdo das cartas comentários enviadas ao IASB. Os resultados encontrados por eles foi que preparadores e usuários assumiram posições antagônicas ao longo do processo, sendo que os preparadores enviaram mais cartas comentários do que qualquer outro grupo e que a principal forma de argumentação utilizada pela maioria dos lobistas para justificar sua posição foi a conceitual. Ainda sobre os preparadores, o estudo de Larson (1997) identificou que o *lobbying* realizado pelos preparadores é geralmente feito por

empresas de grande porte com sede nos Estados Unidos ou na Europa e possuem ações negociadas em bolsa.

Outro estudo que tratou de *lobbying* foi o de Demaria et al. (2012) que analisaram os conteúdos das cartas comentários enviadas para o IASB na etapa de *Exposure Draft*, da IAS 19, benefícios a empregados com o objetivo de identificar quais questões foram as mais controversas, além de identificar a relação existente entre o tipo de comentário realizado com as características de cada remetente. As características consideradas foram o país de origem da empresa, setor econômico e o raciocínio utilizado na construção do argumento. Os achados de Demaria et al. (2012) concluem que o principal ponto de discordância entre os lobistas para a IAS 19 foi na questão 5, que era referente a taxa de desconto que deveria ser utilizada nos investimentos realizados pelas empresas para os empregados.

No que diz respeito à ação do *Board*, Watts e Zimmerman (1978) expõem que a definição de uma norma implica em quais interesses ou perspectivas o normatizador irá escolher entre os diferentes interesses e opiniões dos *stakeholders* em um processo que é político. Sutton (1984), de forma posterior, adverte que os indivíduos ou organizações se esforçarão para promover ou obstruir um novo regulamento, de qualquer que seja a sua fonte tendo em vista os seus interesses (SUTTON, 1984). Assim, contrariando a teoria do interesse público, Stigler (1971) propõe que o elaborador ao confeccionar uma norma buscará beneficiar um determinado grupo.

2.2 Características do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*

O *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, órgão responsável pela elaboração e desenvolvimento do RI, foi criado oficialmente em 02/08/2010, a partir da iniciativa conjunta de produzir um relatório integrado por parte do *The Prince's Accounting for Sustainability Project (A4S)* com o GRI (A4S; GRI, 2010).

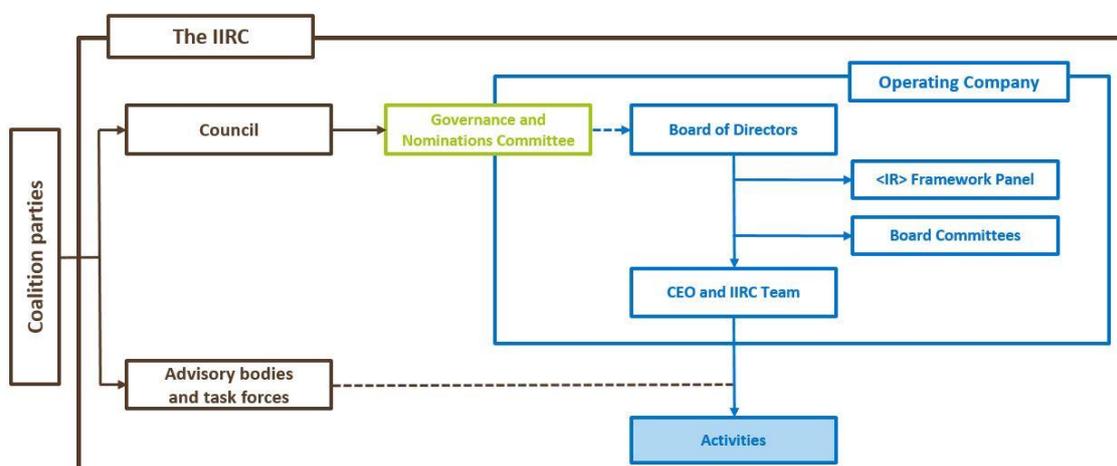
O IIRC em sua constituição reuniu representantes da comunidade civil, de setores empresariais, da contabilidade, investidores em ações, organizações não governamentais, organizações infra governamentais e normatizadores (A4S; GRI, 2010), que estabeleceram como missão “criar uma estrutura globalmente aceita de contabilidade para a sustentabilidade” (A4S; GRI, 2010). Posteriormente essa missão foi revista, lançando luz sobre a forma que eles pretendiam estabelecer uma estrutura globalmente aceita de contabilidade para a sustentabilidade. De acordo com o IIRC (2017) a sua nova missão é estabelecer uma estrutura de relatórios integrados que

reflitam a prática empresarial, bem como nas normas dos setores públicos e privados. Esse redirecionamento da missão do IIRC demonstrou que a forma em que o órgão pretende alcançar o sucesso é através da mudança nas práticas empresariais, bem como nas normas, seja do setor público ou do setor privado.

Em relação aos recursos necessários para o desenvolvimento das atividades do IIRC, existem algumas fontes de financiamento através de contribuições voluntárias, da rede de parceiros, de empresas privadas e entidades públicas; além disso, recebe auxílio na forma de empregados *pro bono*, onde empresas de contabilidade cedem alguns funcionários para as suas atividades (IIRC, 2017).

No tocante a sua estrutura, o IIRC possui o seguinte fluxograma:

Figura 1 - Fluxograma



Fonte: IIRC (2017)

Como é possível verificar na figura 1 o IIRC, em sua estrutura interna, é formado pelo conselho, *Council*, que é o principal fórum de orientação e ferramentas sobre questões relevantes para a organização (IIRC, 2017). Em seguida vem o comitê de governança, *Governance and Nominations committee*, que é nomeado pelo conselho e serve para representá-lo, sendo sua principal função monitorar as práticas de governança das organizações que adotaram o RI (IIRC, 2017).

O comitê é formado por uma equipe composta de 12 diretores, *Board of directors*, responsáveis pelas atividades do órgão e que monitora as três frentes de trabalho que o IIRC possui, a saber: 1- *<IR> Framework Panel*, equipe de trabalho responsável pela atualização do RI; 2- *Board Commitees*, que é um comitê de acompanhamento das

práticas do RI nas organizações que já o adotaram; 3- *CEO and IIRC Team*, equipe dedicada a prestar apoio em outras iniciativas estabelecidas pelo IIRC (IIRC, 2017).

A partir desse fluxograma é possível identificar que o IIRC possui uma equipe dedicada a fomentar novas iniciativas, outra responsável por supervisionar o desenvolvimento dessas práticas nas empresas e uma terceira equipe destinada a atualizar as práticas já estabelecidas pelo RI.

Em relação à forma em que o IIRC incorpora e modifica elementos ao RI, o próprio órgão deixa claro que ele atende ao interesse comum de uma coalização global, compreendendo várias entidades. Segundo o próprio IIRC (2017):

“O IIRC incorpora o interesse compartilhado e comum de uma coalizão global de partidos na adoção de relatórios integrados a nível internacional como meio de melhorar a comunicação sobre a criação de valor, promover a evolução dos relatórios corporativos e dar uma contribuição duradoura para a estabilidade financeira e desenvolvimento sustentável.

A coalizão compreende entidades provenientes de grandes comunidades globais, incluindo empresas e outras entidades reladoras; fornecedores de capital financeiro; decisores políticos, reguladores; a profissão contábil; desenvolvedores de estrutura de relatório e criação de padrão; sociedade civil; e academia”.

Dessa forma, é notório observar que na visão do IIRC há diversos partidos ou entidades que juntos formam uma coalizão que demonstram interesses pela adoção do RI. A preocupação do IIRC, pelo que foi dito, é identificar o interesse comum desses partidos e incorporar tais interesses ao documento. Este entendimento adotado pelo IIRC poderia parecer simples se todos os partidos tivessem interesses comuns. No entanto, esta visão é duramente criticada por Flower (2015) e Thomson (2015) uma vez que eles argumentam que os partidos podem ter seus próprios interesses e o IIRC terá que ouvir e atender aos interesses de alguns, abrindo mão do interesse de outros.

Flower (2015) e Thomson (2015) continuam expondo que o IIRC, ao agir de acordo com o interesse de alguns partidos, poderá abrir mão daquilo que é entendido como pertencente ao interesse público e favorecerá práticas empresariais que não comportam o pensamento sustentável. Para os autores tal situação ocorrerá quando o interesse desses partidos for diferente daquilo que é demandado pela sociedade. O motivo argumentado por Flower (2015) para que essa situação ocorra reside no fato do IIRC e do RI carecerem de legitimidade e aceitação. Argumenta o autor que ceder aos interesses de algum partido que possua influência nos mercados financeiros, como os investidores, facilitará a adoção do RI e a obtenção de legitimidade.

A título de comparação, apesar de serem organizações com finalidades distintas, ao comparar o IIRC com o IASB é possível verificar que o IASB procura deixar explícito o seu desejo de alinhar as práticas contábeis com aquilo que é de interesse público. De acordo com o IASB (2017):

“A Fundação IFRS é única - é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada para servir o interesse público.

A organização foi fundada sob os auspícios de reguladores de valores mobiliários globais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de mercados financeiros globais e atividade econômica transfronteiriça.

Nossa estrutura de governança é criada para garantir que a configuração padrão seja independente e não seja influenciada indevidamente pelo interesse comercial ou por grupos específicos de partes interessadas. Para salvaguardar a nossa independência, existem vários arranjos locais”.

Apesar de existirem pesquisas que criticam a atuação do IASB, questionando sua independência e assistência ao que é de interesse público, como as pesquisas de Carmo (2014) e Tavares (2016) por exemplo, ainda assim o órgão informa que o objetivo dele não é atender aos interesses de um grupo, quando estes forem indevidos, mas atender ao público geral. Nesse ponto, o IASB (2017) e o IIRC (2017) possuem um argumento semelhante ao informar que o objetivo de ambos é o de não atender as demandas de um partido, mas aos interesses comuns de diversos *stakeholders*.

Watts e Zimermann (1978) e Sutton (1984) já apresentaram ressalvas ao alinhamento do IASB com aquilo que pertence ao interesse público. Outros autores como Hansen (2011), Carmo (2014) e Tavares (2016) já demonstraram que grupos específicos ao realizarem *lobbying* nas normas do IASB tiveram os seus interesses atendidos. Reuter e Messner (2015) levantam evidências que esse mesmo entendimento pode haver no contexto do RI.

Outro ponto de comparação entre o IASB (2017) e o IIRC (2017) é em relação a elaboração dos documentos. O processo de elaboração nas duas instituições se dá em duas etapas de consultas públicas. A primeira etapa tanto no IASB como no IIRC é a fase de discussão, *Discussion Paper*, nessa fase a comunidade internacional submete os seus comentários, discutindo a melhor forma em que determinada ação deveria ser realizada. Ao final da fase de consulta pública, tanto o IIRC como o IASB, elaboram um documento provisório onde ele é submetido à consulta popular.

A segunda fase de consulta a comunidade internacional é denominada pelo IASB de *Exposure Draft*, enquanto o IIRC a denomina de *Consultation Draft*. Ao final dessa etapa ambas entidades elaboram a versão final do documento, que será utilizado pela

comunidade internacional (IASB 2017, IIRC 2017). No mais, as semelhanças entre esses órgãos são diminuídas após a elaboração do documento, visto que a adoção ao Relato Integrado se dá de forma voluntária, enquanto a adoção dos documentos produzidos pelo IASB se dá de forma compulsória através da exigência de órgãos reguladores.

2.3 Materialidade no relato integrado

O RI é um relatório ou um conjunto de relatórios corporativos que possui como objetivo comunicar a capacidade da organização para criar valor ao longo do tempo (IIRC, 2013c). Para isso contém tanto informações financeiras quanto informações não financeiras, sendo sua principal diferença, segundo Fasan, Mio e Pauluzzo (2016) o conceito de capitais. Os capitais para o RI são definidos como “repositórios de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização” (IIRC, 2013c, p. 11). O RI reconhece a existência de seis tipos de capitais, são eles: 1- capital financeiro; 2- capital manufaturado; 3- capital intelectual; 4- capital humano; 5- capital social e de relacionamento; 6- capital natural; onde nem todos os capitais podem ser relevantes ou aplicáveis a todas as organizações (IIRC, 2013c).

Sobre a materialidade, o IIRC a define como sendo “informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo” (IIRC, 2013c, p. 18). Este conceito de materialidade contempla a capacidade da empresa em criar valor para o acionista e demais partes interessadas ao longo do tempo. Em relação a isto Busco et al. (2013) argumentam que o conceito de materialidade do RI parte de uma perspectiva otimista sobre o mundo, uma vez que existe uma significativa parcela do mercado global que premia empresas que possuem como objetivo gerar valor apenas no curto prazo. Outra crítica existente em relação ao conceito de materialidade estabelecido no RI é a realizada por Flower (2015) e Thomson (2015) que discordam com o IIRC em relação aos fornecedores de capital financeiro serem os principais interessados na capacidade que uma organização possui ao criar valor no tempo.

No entanto, uma vez que o RI é algo de caráter voluntário, apesar de contemplar os fornecedores de capital financeiro, este grupo pode não identificar as informações que eles julguem material no RI. Isso pode acontecer pelo fato do RI obedecer a mesma lógica apresentada por outras informações e relatórios divulgados voluntariamente pelas empresas, na condição de preparadoras. Healy e Palepu (2001) argumentam que as

informações divulgadas voluntariamente terão sua materialidade validada após a análise feita do mercado, na qualidade de usuários da informação, de forma que não é clara a maneira em que o mercado analisará se uma informação é material e digna de credibilidade, assim as empresas enquanto preparadoras buscarão meios de mostrar que suas informações são fidedignas.

Algo semelhante ao exposto por Healy e Palepu (2001) foi encontrado por Linthicum, Reitenga e Sanchez (2010) ao estudar o mercado financeiro dos Estados Unidos na ocasião da crise da Enron, empresa do setor de energia que faliu após fraudar seus demonstrativos financeiros. Os autores concluíram que empresas que divulgaram voluntariamente informações sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e que possuíam elevados *ratings* de tal prática, avaliados por órgãos externos, ainda assim não tiveram os seus retornos negativos mitigados, uma vez que o mercado não deu credibilidade a tais informações pelo fato dessas empresas possuírem como firma de auditoria a Arthur Andersen, a mesma empresa de auditoria responsável por validar as demonstrações financeiras da Enron. Ou seja, a informação que o mercado julgou como material para as empresas listadas no mercado financeiro Norte-Americano, naquela ocasião, foi que empresa de auditoria havia assegurado as informações contábeis.

Assim, um ponto a ser observado é se entidades com atuações econômicas distintas possuem alinhamento suficiente em relação ao conceito de materialidade apresentado no protótipo do Relato Integrado a tal ponto de configurarem uma coalizão. O meio utilizado aqui para determinar o posicionamento de todas as partes interessadas sobre as implicações que determinado conceito ou documento pode trazer foi através do *lobbying* realizado pelos remetentes de cartas comentários no momento da elaboração do documento. Dessa forma, a principal perspectiva teórica considerada por este trabalho foi a de Sutton (1984) onde assume que um participante só praticará o *lobbying* uma vez ponderado os possíveis custos e benefícios assumidos pela elaboração e homologação da norma, além da probabilidade de influenciar o *Board* em sua decisão.

No modelo desenvolvido por Sutton (1984) é necessário levar em consideração quem praticou *lobbying*. Para isso Sutton (1984) não se ateu a características individuais de cada remetente, mas os classificou em grupos de interesse, de acordo com suas funções ou atribuições. Dessa maneira, as coalizões aconteciam apenas quando diferentes grupos de *stakeholders* possuíam um interesse comum. Sobre as coalizões, Sutton (1984) considerou apenas duas grandes coalizões, uma formada por

preparadores de relatórios financeiros, composta de empresas; e outra formada por usuários, investidores.

Em relação a essa dicotomia, preparadores e usuários, Sutton (1984) identificou que os preparadores tendem a enviar um maior número de cartas ao órgão elaborador do que os usuários das informações financeiras. O trabalho de Jorissen et al. (2012) encontrou algo semelhante, onde do total das 3.234 cartas enviadas ao IASB, entre os anos de 2002 a 2006, 44% do total foi enviada por preparadores, enquanto os usuários enviaram apenas 15% do total, ou seja, os preparadores enviaram quase o triplo de cartas em comparação aos usuários.

No contexto mais específico do RI, Reuter e Messner (2015) que também utilizaram Sutton (1984) como lente teórica para avaliar o relato integrado, argumentaram que pelo fato do RI ser algo voluntário menos atores praticarão *lobbying*, se comparado com a elaboração de uma norma do IASB ou do FASB. Por outro lado, novos atores que atendem a uma agenda voltada a sustentabilidade e que não tinham objetivos restritos em normas contábeis podem participar do processo.

Jorissen et al. (2012) e Reuter e Messner (2015), são autores que além de Sutton (1984), trabalham as relações existente entre os diversos grupos de interesse, observando de forma especial a relação empresas e investidores. Eles consideraram como usuários os analistas, investidores e suas coalizões, sendo o seu principal grupo os investidores. Já os preparadores foram as empresas, bancos e suas coalizões. Nesse contexto as empresas de contabilidade, ainda que possuam qualidades de preparador de relatórios financeiros são tratadas de forma separada das empresas. os demais usuários são instituições governamentais, acadêmicos e instituições de pesquisa, organizações sem fins lucrativos, bolsa de valores, padronizadores e reguladores, organizações profissionais, e por fim, pessoas individuais.

Outro ponto sobre os preparadores é que geralmente eles são resistentes em divulgar de forma voluntária o maior número de informações materiais possíveis para os usuários (LING; MOWER, 2013). Isso pode ocorrer caso os preparadores entendam que o conceito de materialidade adotado pelo RI os expõe a um maior nível de risco. Nesse sentido, Ling e Mower (2013) argumentam que as empresas só divulgarão de forma voluntária, sejam informações econômicas, sociais ou ambientais, se a expectativa de benefício futuro dessa informação superar aos seus possíveis custos, do contrário, as empresas serão resistentes em emitir de forma voluntária informações materiais que acarretem em um aumento do seu custo de capital. Essa gestão de

informação exposta por Ling e Mower (2013) seria o meio considerado anteriormente por Healy e Palepu (2001) para passar confiabilidade ao mercado.

De modo anterior, o trabalho sobre *lobbying* de Sutton (1984) já previa que os preparadores, se racionais, buscarão influenciar os *Boards* de modo a minimizar a divulgação de informações materiais, obrigadas pela norma, que acarretem no aumento de possíveis custos; e buscarão, de forma inversa, influenciar também os *Boards* a aprovarem algo que maximize os seus possíveis benefícios econômicos. Dessa forma o RI se adotado em sua plenitude poderá expor os preparadores a divulgarem um maior número de informações materiais que os exponham a um maior nível de custo.

Ainda sobre o conceito de materialidade, Flower (2015) e Thomson (2015) criticam o fato do IIRC colocar os fornecedores de capital financeiro como os principais interessados no RI, segundo eles, tal definição não contempla o que é material para a maioria dos *stakeholders*. Sobre isso Busco et al. (2013) afirma que os preparadores deverão divulgar apenas os fatores de sustentabilidade que forem de interesse dos provedores de capital financeiro, deixando de lado, portanto, o interesse dos outros *stakeholders*, quando estes não estiverem alinhados aos interesses dos investidores.

A esse respeito, Gray (2006), argumenta que é errôneo pensar que a criação de valor para os investidores produz uma criação de valor para todos os *stakeholders*, sendo necessário apenas um conflito de interesses entre os investidores e os demais *stakeholders* para ficar claro, que a criação de valor para os investidores não engloba a criação de valor para todas as partes interessadas.

Para Mio (2016) a sustentabilidade original defendida no início do IIRC, com foco em três dimensões igualmente relevantes: econômica, social e ambiental, evaporou-se em um texto que torna o capital financeiro e seus fornecedores o principal foco do RI; e como um remendo o IIRC também colocou que o valor deve ser criado para os outros *stakeholders*, depois dos fornecedores de capital financeiro. Mio (2016) relata que essa abordagem adotada pelo IIRC está alinhada com o conceito de valor para o acionista, que possui como objetivo evidenciar possíveis impactos sociais e ambientais que afete o risco, taxa de desconto e consequentemente o fluxo de caixa ao qual a empresa está exposta.

Para Mio (2016), Flower (2015), Searcy e Buslovich (2014) e Gray (2006) será o envolvimento de todos os *stakeholders* na rotina operacional da empresa que avaliará quais itens serão considerados como materiais e que deverão ser abordados no RI.

O conceito de materialidade sugerido e adotado pelo IIRC não é o mesmo defendido por alguns acadêmicos estudiosos e organizações voltadas para a sustentabilidade, como por exemplo Gray e Bebbington (2000) ou pelo próprio GRI (2013) apesar do próprio GRI possuir influência no IIRC. A materialidade defendida por Gray e Bebbington (2000) significa a determinação feita pelos *stakeholders*, em seu sentido amplo, de quais informações e dados devem ser incluídos nos relatórios. Enquanto isso o conceito de materialidade adotado pelo GRI expõe que materialidade é qualquer questão realmente crítica para atingir os objetivos da organização e gerenciar seu impacto na sociedade (GRI, 2013). Como é possível identificar nos conceitos de materialidade apresentados, ambos focam nos *stakeholders* ou na sociedade a questão do que é material para uma empresa relatar.

Dessa forma, os *stakeholders* podem defender um conceito de materialidade para o RI diferente daquele apresentado pelo IIRC. Diante dos diferentes conceitos que definem a materialidade a primeira hipótese trabalhada por este estudo possui como objetivo identificar a homogeneidade dos grupos de *stakeholders* em relação ao conceito de materialidade apresentado pelo IIRC.

h₁: *Os remetentes que pertencem ao mesmo grupo de stakeholders possuem opiniões homogêneas sobre o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC de modo a formar um grupo de interesse.*

Essa hipótese ao ser respondida mostrará se os remetentes que fazem parte de um mesmo grupo econômico possuem opiniões homogêneas e se essas opiniões concordam ou discordam do que foi apresentado pelo IIRC para ser o conceito de materialidade do RI. Caso esta hipótese seja validada levantará indícios de que houve um engajamento organizado e relevante por parte de determinado(s) grupos(s).

2.4 Responsabilização das informações contidas no relato integrado

Uma prática seguida pelas empresas que adotaram a divulgação voluntária de informações materiais, segundo Roychowdhury e Sletten (2012), é a gestão de más notícias. Isso ocorre quando os gestores das empresas tendem a atrasar a divulgação de más notícias aguardando uma notícia favorável, para que o efeito dessa boa notícia se iguale ou supere o efeito da má notícia, ou até que sejam capazes de fornecer estimativas confiáveis sobre os seus possíveis efeitos. Ao expor sobre gestão de informações Bewley e Li (2000) argumentam que o objetivo dos preparadores em um relatório voluntário é o de tentar satisfazer as expectativas dos usuários, porém

fornecendo o menor número de informações materiais possíveis. A esse respeito, Bewley e Li (2000) concordam com Li, Richardson e Thorton (1997) quando argumentam que empresas que possuem atividades econômicas de maiores impactos ambientais tendem a fornecer de forma voluntária informações gerais e pouco objetivas.

No entanto, apesar de não regulado o IIRC indica que a divulgação distorcida ou omissão de qualquer informação material no RI é de responsabilidade da governança da empresa, seja esta informação boa ou má (IIRC, 2013c). Outro ponto é que apesar de material, as informações divulgadas no RI podem ter diferentes níveis de validação (IIRC, 2013b). Como chama atenção o próprio IIRC (2013b), por exemplo: as informações contidas no capital financeiro são validadas seguindo a regulação do governo ou da comissão de valores mobiliários, além de passar por auditoria externa; de forma oposta, as informações sobre sustentabilidade, como capital humano e social podem ser divulgadas sem necessariamente passar por algum tipo de validação anterior.

Dessa maneira, uma medida proposta pelo IIRC como forma de validar as informações contidas no RI foi a petição de uma declaração de responsabilidade pelas informações ali contidas, emitida pelos responsáveis pela governança das organizações (IIRC, 2013a). Essa declaração serviria de garantia sobre a veracidade da informação relatada. Sobre isso, o IIRC argumentou que entre os motivos de oposição a essa declaração de responsabilidade, apresentada pelas empresas, era que essa medida poderia trazer possíveis implicações jurídicas para elas próprias e seus gestores (IIRC, 2013b).

Apesar da oposição relatada pelo IIRC a essa medida, por parte das empresas, o IIRC inseriu no item 3.41 do RI que a governança das empresas “são responsáveis por assegurar a efetiva liderança e tomada de decisão sobre a preparação e apresentação de um relatório integrado” (IIRC, 2013a, p. 21), responsabilizando assim a governança pela preparação e divulgação das informações apresentadas no RI.

como medida corretiva para inibir qualquer implicação legal, o *framework* também concedeu que caberia a administração da empresa avaliar a confiabilidade de uma informação, pois em caso de indisponibilidade de informações confiáveis ou proibições legais, o *framework* orienta que um relato integrado deva indicar a natureza, e explicar a razão da omissão dessa informação, e em caso de indisponibilidade dos dados dever-se-á identificar as medidas que serão tomadas e os prazos esperados para que se possa obter a informação de forma confiável (IIRC, 2013c). Assim, apesar do IIRC responsabilizar a governança das empresas, também concedeu, em certa medida,

que os responsáveis pela governança pudessem continuar avaliando quais informações deveriam conter no RI.

Segundo Reuter e Messner (2015) sobre a responsabilização das informações contidas no RI é necessário separar os interesses dos preparadores e as empresas prestadoras de serviços contábeis. Essa diferença vai de encontro aos trabalhos de Watts e Zimmerman (1982) e de Meier, Alam e Pearson (1993) que identificaram que as empresas de auditorias contábeis praticaram lobbying em função da posição do cliente. Tal diferenciação é relevante pois as empresas de contabilidade tendem a fazer *lobbying* favorável em normas que ampliam a sua demanda de serviços. Dessa forma, as empresas prestadoras de serviços contábeis tendem a contrariar as empresas no geral ao perceberem uma oportunidade de aumentar sua demanda de serviços. Puro (1984), de forma anterior, já identificou essa divergência no contexto de elaboração das normas de contabilidade financeira emitidas pelo FASB, onde as empresas de auditoria agem de modo a obter os benefícios de determinada regulação.

Em relação às empresas prestadoras de serviços contábeis, outra medida sugerida pelo IIRC foi a contratação de auditoria externa pelas empresas como forma de aumentar as garantias sobre as informações contidas no RI. O IIRC reconheceu a importância de se auditar todo o RI e apesar do *framework* não fazer tal imposição, no entanto, diz no seu item 3.42 que a auditoria durante a preparação do RI ajuda os responsáveis pela governança da empresa a avaliar se as informações apresentadas são suficientemente confiáveis (IIRC, 2013c).

Jorissen et al. (2012) argumenta que os profissionais e empresas de contabilidade são membros atuantes no processo de *lobbying* de normas contábeis, principalmente quando o processo do desenvolvimento da norma se encontra em seu estágio final, *Exposure Draft*. A esse respeito, Reuter e Messner (2015) expõem que as publicações das grandes empresas de contabilidade em favor do relato integrado são um indicativo que estas firmas desejam que tal relatório sejam auditados (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2012; KPMG, 2012; DELOITTE & TOUCHE, 2011; ERNST & YOUNG, 2011). Para Reuter e Messner (2015) as empresas de contabilidade se beneficiarão de um novo mercado de venda de consultoria e auditoria de relatórios integrados por isso incentivam a aceitação do RI.

Dessa forma, as empresas de contabilidade podem agir de modo a concordar que o RI responsabilize a governança da empresa, pois dessa maneira, as próprias empresas iriam demandar os serviços de auditoria e consultoria do RI, afim de diluir ou minimizar

qualquer possível erro que possa ser atribuído aos responsáveis pela governança da entidade (REUTER; MESNER, 2015). Diante dessa possível gestão de más notícias que pode ser feita pelas empresas surge a segunda hipótese:

h2: *investidores e empresas de contabilidade concordam em responsabilizar a governança das empresas em relação ao que será divulgado no RI, enquanto as empresas, excluindo as empresas de contabilidade, na qualidade de preparadores de relatório não concordam com essa responsabilidade sugerida pelo IIRC.*

3 METODOLOGIA

Nesta seção será apresentada a metodologia seguida por este estudo, contém qual o tipo de pesquisa realizada por este trabalho, define a população e a amostra considerada, bem como os critérios para as análises dos dados e modelo estatístico utilizado.

3.1 Enquadramento metodológico

Esta pesquisa é positivista uma vez que de forma empírica se buscará compreender o fenômeno estudado (Watts e Zimmermann, 1978); de caráter dedutivo e documental uma vez que trabalhará com a análise de dados secundários que são as cartas comentários enviadas para o IIRC na etapa de CD. O método foi o misto, sendo tanto qualitativa quanto quantitativa, uma vez que serão aplicadas técnicas de análise de conteúdo nas cartas comentários, além da utilização de estatística para se obter os resultados das hipóteses formuladas (RYAN; SCAPERS; THEOBAC, 2009; BRYMAN; BELL, 2011; SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2013).

3.2 População e amostra

Aqui será apresentada a população, bem como os critérios para seleção da amostra, a amostra em si, além de suas características.

3.2.1 População

A população deste estudo é composta de todas as 359 cartas comentários enviadas pelos respondentes ao IIRC na etapa de *Consultation Draft*. Dessas, 287 cartas, o que corresponde a 80% do total das cartas enviadas, tratava de responder a décima primeira questão (Q11) do documento de consulta que era sobre a abordagem dada pelo IIRC para a materialidade da informação do RI, exposta na seção 2.1 deste estudo, a Q11 diz:

Q11: Você concorda com essa abordagem da materialidade? Se não, o que você mudaria? (IIRC, 2013c, p. 1)

A outra questão analisada foi a décima sétima questão (Q17), que trata sobre a responsabilidade da governança em relação as informações contidas no RI. Onde, 73% da população total dos respondentes, o que equivale a 262 cartas, realizou algum tipo de *lobbying*.

Q17: Deveria haver uma exigência para que os responsáveis pela governança incluam uma declaração reconhecendo sua responsabilidade pelo relato integrado? Porque/Porque não? (IIRC, 2013c, p. 2)

3.2.2 Amostra

Uma vez que em ambas questões houveram cartas de remetentes que responderam fora do padrão estabelecido pelo IIRC e sem a referida identificação, esses remetentes foram excluídos da amostra essa medida já foi utilizada anteriormente no trabalho de Tunico e Rodrigues (2016). Segue abaixo um modelo da carta padrão remetida ao IIRC:

Figura 2 - Modelo de carta

Comments should be submitted by Monday 15th, July 2013.

Name:

Email:

Stakeholder group: ▼

If replying on behalf of an Organization please complete the following:

Organization name:

Industry sector: ▼

Geographical region: ▼

Fonte: IIRC (2013d)

Após esse filtro a amostra utilizada para Q11 foi de 224 cartas e para Q17 foi de 210 cartas e ao todo foram consideradas 234 cartas. Segue maior detalhamento da amostra:

Tabela 1 - Amostra

	Total de remetentes	Responderam a Q11 e a Q17	Responderam apenas a Q11	Responderam apenas a Q17
Número de remetentes	234	200	24	10
Percentual	100%	86%	10%	4%

Fonte: Elaboração própria, 2018.

De posse da definição da amostra é necessário entender suas características como por exemplo que grupo de *stakeholder* foi mais ativo em responder ao IIRC, além da

sua região geográfica. Abaixo, segue descrição sobre a que grupo de *stakeholder* cada remetente pertence:

Tabela 2 - Stakeholder Group

<i>Grupos de Stekeholders</i>	Quantidade	Percentual
<i>Profissionais da contabilidade</i>	30	13%
<i>Preparadores</i>	80	34%
<i>Acadêmicos</i>	13	6%
<i>Investidores</i>	31	13%
<i>Organizações não governamentais</i>	16	7%
<i>Outros usuários</i>	36	15%
<i>Reguladores e normatizadores</i>	9	4%
<i>Organizações profissionais - Exceto contabilidade</i>	19	8%
TOTAL	234	100%

Fonte: Adaptado de IIRC (2013d).

É possível identificar uma maior participação dos preparadores. Os preparadores correspondem a 34% da amostra, o que representa 80 cartas. Os profissionais da contabilidade enviaram 30 cartas e representam 13% da amostra total. Os outros 6 grupos, encontra partida, são responsáveis pelos outros 53% das cartas que compõe a amostra. Em relação a esses 6 grupos o que mais enviou cartas comentários foi o denominado de outros usuários com 36 cartas ou 15% do total da amostra, enquanto o grupo de investidores enviou 31 cartas ou 13% do total. Essa característica dos remetentes é semelhante ao exposto por Sutton (1984) e Jorissen et al. (2012) de que preparadores serão o grupo que mais participará do *lobbying*.

A região geográfica foi outra característica considerada pelo IIRC na carta padrão. Segue característica geográfica da amostra:

Tabela 3 - Região geográfica

Região Geográfica	Preparadores	Usuário	Total por região
África	6	5	11
Ásia	16	15	31
América Central e do Sul	8	13	21
América do Norte	9	11	20
Leste Europeu	4	4	8
Oeste Europeu	34	45	79
Oceania	8	10	18
Oriente médio	0	1	1
Global	23	15	38
Outras regiões	2	5	7
TOTAL	110	124	234

Fonte: Adaptado de IIRC (2013d).

A tabela acima mostra que por região houve um maior engajamento do Oeste Europeu, participaram entre preparadores e usuários 79 remetentes. Encontra partida, a região que menos enviou cartas comentários foi o Oriente Médio, onde apenas um preparador enviou uma carta.

O fato do maior número de cartas ter sido enviado pelo Oeste Europeu pode estar ligado ao que argumenta Jorissen, Lybaert, Orens, Tas (2013) ao analisar o *lobbying* no IASB de acordo com a região geográfica. Jorissen et al. (2013) considera que países localizados na região do Oeste Europeu possuem uma cultura mais voltada aos *stakeholders*, motivo pelo qual levam essa região a ser mais atuante no processo de elaboração de uma norma, além do fato do IASB ser localizado geograficamente nessa região.

Ao considerar o exposto por Jorissen et al. (2013) para o IASB é identificado que o IIRC possui sua localização geográfica na parte em que mais cartas foram enviadas. Em relação a cultura dos países do Oeste Europeu ser mais voltada aos *stakeholders* isso também pode ser uma justificativa pela maior quantidade de cartas, uma vez que o RI busca ser um documento inclusivo e de integração entre diferentes partes interessadas.

No entanto, diferente de Jorissen et al. (2013) que identificou que a América do Norte é a segunda região que mais participa do processo de *lobbying* relação ao IASB e que possui uma característica voltada para o investidor. No tocante ao IIRC a segunda região que mais enviou cartas na etapa de CD, desconsiderando os *stakeholders*

de atuação global, foi a Ásia. Isso demonstra um maior engajamento de participantes pertencentes a países asiáticos do que de participantes pertencentes a América do Norte.

Eccles, Krzus e Ribot (2015) ao comparar a adoção do RI na região do Oeste Europeu com a região da América do Norte sugerem que há uma grande diferença de consciência e de receptividade em relação ao RI entre essas duas regiões. O motivo pela diferença, argumentam eles, é que as empresas Norte Americanas percebem na divulgação voluntária, por meio do RI, um maior risco de litígios judiciais entre empresas e investidores o que dificultaria a adoção do RI como divulgação voluntária a ser feita pelas empresas em países pró investidores. Assim, essa cultura e maior consciência em relação aos *stakeholders* por parte das empresas do Oeste Europeu pode ser a causa pelo envio de um maior número de cartas comentários.

3.3 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo foi utilizada por ser a técnica que permite a codificação e separação lógica de diversos argumentos presentes em cartas ou gravações que uma vez codificados podem ser interpretados cientificamente tomam a forma de dados, podendo, por tanto, ser utilizada em estudos qualitativos e quantitativos. Trabalhos como o de Jupe (2000), Giner e Arce (2012) e Reuter e Messner (2015) já utilizaram a análise de conteúdo nas cartas comentários remetidas aos padronizadores contábeis.

Nesta seção serão apresentados os critérios e codificações utilizados na análise das cartas comentários. O *software* utilizado para a análise de conteúdo foi o NVivo 11[®], onde foram realizadas codificações de argumentos e testes de matriz hierárquica, frequência de argumentos, nuvem de palavras e análise de cluster.

A análise de conteúdo será importante em dois momentos neste estudo; em primeiro momento para tratar os dados que serão utilizados na análise estatística bem como as características gerais de cada grupo de *stakeholder*, e em segundo momento para apresentar os argumentos utilizados pelos diferentes remetentes.

3.3.1. Codificação utilizada para a materialidade

Eising (2016) ao tratar de análise de conteúdo em relação ao *lobbying* político informa que a análise de conteúdo consiste em uma técnica estruturada de leitura e codificação de argumentos com o objetivo de estabelecer atributos comuns aos atores, onde é analisado as unidades textuais, que são as frases ou declarações emitidas por esses atores.

Os atributos textuais considerados neste trabalho foram tomados com base no trabalho de Reuter e Messner (2015) onde, seguindo Sutton (1984), dividiu os lobistas em diversos grupos. Essa divisão partiu da autodeclaração feita por cada participante ao preencher o campo de *Stakeholder Group* da carta padrão.

Em seguida, ao tomar como base os trabalhos de Jupe (2000), Giner e Arce (2012) e Reuter e Messner (2015) foi visto se os grupos de *stakeholders* concordavam ou discordavam do que havia sido apresentado pelo IIRC; neste ponto respostas com concordância parcial foram consideradas na categoria de discordantes.

Uma vez separados os remetentes por grupos e dentro desses grupos identificados aqueles que concordavam e aqueles que discordavam da sugestão apresentada pelo IIRC para cada questão, foram estabelecidos, em seguida, subgrupos de acordo com os argumentos utilizados por cada grupo de interesse. De acordo com Eising (2016) essa medida é necessária para identificar em que se baseou os argumentos utilizados pelos lobistas.

Assim, foram criadas duas subcategorias de argumentos, onde o argumento apresentado por cada lobista foi classificado como pertencente ou a categoria de argumento econômico ou a categoria de argumento conceitual. Essa divisão entre argumentos econômicos ou conceituais, também foi utilizada por Tutticci, Dunstan e Holmes (1994), Jupe (2000), Stenka e Taylor (2010), Hartwing (2012), Giner e Arce (2012) e Reuter e Messner (2015) em seus estudos sobre *lobbying*. No quadro que segue as características de cada argumento são apresentadas, bem como exemplos de manifestações extraídas da Q11:

Quadro 2 - Argumentos

Tipo	Manifestação	Exemplos das manifestações
Argumento conceitual	Quando se preocupa em discutir exclusivamente o conceito do assunto trazido pelo documento.	CC58“[...] Poder-se-ia considerar a discussão de como a definição de materialidade do IIRC alinha / conflita com as definições fornecidas por outras organizações como o GRI.”
Argumento econômico	No argumento econômico a justificativa é apresentada em relação a possíveis custos ou benefícios que o indivíduo ou organização terá de arcar com o que é proposto pelo órgão regulador. As justificativas econômicas geralmente trazem implicações jurídicas, sociais ou ambientais que modifique o valor da empresa.	<p>CC261: “[...] A materialidade poderia apresentar um viés e poderia oferecer riscos para a empresa. Se a estratégia for afetada por questões consideradas não materiais pelos investidores e analistas, a criação de valor para os <i>stakeholders</i> pode ser substancialmente afetada.”</p> <p>CC32: “[...]O conceito de materialidade é complexo e Muito além da percepção popular, mas incompleta de que ela deve estar relacionada a um número. Os emitentes não podem ser postos em conflito com as suas obrigações regulamentares sobre a materialidade. Portanto, o quadro do RI tem de ser suficientemente flexível para Obrigações legais relativas à materialidade em diferentes jurisdições.”</p> <p>CC327: “[...] Acreditamos que o público também deve ser o principal utilizador do relatório, especialmente para as organizações financiadas pelo sector público e as que possuem impactos sociais e ambientais global (como as multinacionais).”</p>

Fonte: Adaptado de Jupe (2000);Hartwing (2012);Giner e Arce (2012); Reuter e Messner (2015).

Segue um exemplo prático da codificação utilizada para a materialidade; o lobista considerado foi a MAS Business(2013) que apresentou a seguinte justificativa para Q11:

“Limitar a definição de materialidade efetivamente aos "investidores" corre o risco da exclusão de outras questões que não são tão fáceis de prever seu impacto no desempenho futuro. A definição de questões materiais deve ser inclusiva e considerar todas as partes interessadas para evitar problemas, que podem não ser inicialmente quantificáveis em termos econômicos, mas podem ter impactos significativos sobre a exclusão da organização.”

A codificação atribuída no *software* NVivo 11 para a MAS Business pelo argumento apresentado foi: Profissionais da contabilidade/ Discorda/ Justificativa conceitual.

Uma vez que a MAS Business se auto classificou como *Assurance provider*, ver figura 2, ela foi codificada como pertencente ao grupo de Profissionais da contabilidade. Ela também foi classificada como discordante uma vez que acha a sugestão apresentada

pelo IIRC para a materialidade limitada, uma vez que considera que há um potencial de excluir outras questões relevantes que têm impacto na organização. A justificativa utilizada pelo remetente foi uma justificativa conceitual, isso se dá uma vez que o remetente focou sua discussão no conceito e em sua amplitude e não nos custos econômicos trazidos por ele.

3.3.2 Codificação utilizada para a responsabilização

A codificação utilizada para os remetentes que responderam a Q17 foi semelhante a apresentada no item 3.3.1 na codificação utilizada para a materialidade. Novamente os remetentes foram separados em diversos grupos de acordo com o que preencheram na parte de *Stakeholder group*; e então foram classificados de acordo com seu posicionamento entre concordantes e discordantes (SUTTON, 1984; JUPE, 2000; GINER; ARCE, 2012; REUTER; MESSNER, 2015).

Após identificado a concordância do remetente com a proposta do RI foi considerado o tipo de argumento utilizado, sendo novamente dividido entre argumento conceitual e argumento econômico (GINER; ARCE, 2012; REUTER; MESSNER, 2015). Abaixo seguem exemplos dos argumentos utilizados na Q17:

Quadro 3 - Argumentos

Tipo	Manifestação	Exemplos das manifestações
Argumento conceitual	Quando se preocupa em discutir exclusivamente o conceito do assunto trazido pelo documento.	CC58: “A confiabilidade é um dos princípios orientadores da estrutura. O parágrafo 3.32 fala sobre gestão que exerce julgamento para decidir se a informação é suficientemente confiável mas não há evidência externa para os leitores de que tal processo foi realizado. Como também não há orientação fornecida na obtenção de garantia de um independente partido externo, poderia deixar os usuários do relatório questionando a confiabilidade dos dados. Deve ser considerada a possibilidade de fornecer aos usuários do relatório um nível de segurança quanto à confiabilidade da informação, seja através de uma declaração da alta administração(semelhante ao S302 Sarbanes Oxley) ou a garantia de um terceiro.”
Argumento econômico	No argumento econômico a justificativa é apresentada em relação a possíveis custos ou benefícios que o indivíduo ou organização terá de arcar com o que é proposto pelo órgão regulador. As justificativas econômicas geralmente trazem implicações jurídicas, sociais ou ambientais que modifique o valor da empresa.	CC42: “A questão da responsabilidade é complexa, e requisitos como este provavelmente serão bastante ineficazes. À medida que o RI é proposto, a responsabilidade de um alto funcionário em uma grande organização é, na melhor das hipóteses, superficial. O sistema precisa ter um formulário que deixa claro que o relatório é correto ou errado, e isso não está acontecendo com o projeto proposto. As pessoas podem ver o mau comportamento no nível local, mas isso não se torna visível no RI proposto. O comportamento ruim das grandes organizações é comum, mas sem nenhuma consequência quando o desempenho do lucro é satisfatório para os investidores.”

Fonte: Adaptado de Jupe (2000); Giner e Arce (2012); Reuter e Messner (2015).

Por fim, segue um exemplo prático da codificação utilizada para a responsabilização; o lobista considerado foi o *BC Investment Management Corporation* que apresentou a seguinte justificativa para Q17:

“Sim, isso deve ser um requisito obrigatório. Sentimos que é importante que um órgão de supervisão se responsabilize pelas divulgações que estão sendo feitas e dado o foco estratégico do RI, um órgão de governança parece apropriado.”

A codificação atribuída no *software NVivo 11*[®] para o *BC Investment Management Corporation* pelo argumento apresentado foi: Investidores/ Concorde/ Conceitual.

O *BC Investment Management Corporation* foi classificado como investidor uma vez que se identificou como *Provider of financial capital*. O remetente demonstrou concordar com a proposta apresentada pelo IIRC, e uma vez que ele não expôs nenhum

argumento econômico, mas argumentou em cima do conceito proposto pelo IIRC, sua justificativa foi tratada como conceitual.

3.4 Modelos quantitativos

Esta seção apresentará o modelo de regressão utilizado para determinar a homogeneidade dentro de cada grupo, bem como a razão de chances de cada grupo se associar com o conceito apresentado pelo IIRC. O teste estatístico U de Mann-Whitney demonstrará o grau de oposição entre os diferentes grupos que praticaram *lobbying*.

3.4.1 regressão logística

A regressão logística foi utilizada uma vez que ela considera dados qualitativos ou categóricos como os dados extraídos da análise de conteúdo como *inputs* ou variáveis dependentes em um modelo quantitativo (GUJARATI, 2011; GREENE, 2003). Foi aplicado a regressão logística binária para identificar o posicionamento que cada grupo possui em relação ao *lobbying* praticado, além de quais justificativas foram utilizadas para apoiar as suas visões em relação a Q11 e a Q17 do CD. Greene (2003), Rodríguez (2007) e Gujarati (2011) expõe o modelo logístico através da seguinte equação:

$$\text{logit}(\pi_i) = x_i' \beta$$

Se supõe que o *logit* é uma função linear dos preditores, onde x_i' é um vetor de covariáveis e β é um vetor de coeficientes de regressão e podem ser interpretados da mesma forma que um modelo estimado pelos mínimos quadrados ordinários. O modelo definido na equação é um modelo linear generalizado com respostas binarias variando entre 0 (zero) e 1 um.

$$y_i = \begin{cases} 1 & \text{quando a condição necessária é satisfeita;} \\ 0 & \text{quando a condição necessária não é satisfeita.} \end{cases}$$

Onde exponenciando a equação acima o que se têm são as chances de ocorrência para a i-ésima unidade, demonstrada por:

$$\exp(x_i' \beta) = \frac{\pi_i}{1 - \pi_i}$$

Sendo a razão de chances ou probabilidades dadas por:

$$P_i = \frac{\exp\{x_i' \beta\}}{1 + \exp\{x_i' \beta\}}$$

Assim, razão de chances indica a probabilidade de uma determinada variável agir de forma esperada. E por fim, foi utilizado o teste de Fatores de Inflacionamento da

Variância (VIF) para identificar possíveis problemas com colinearidade, o VIF é dado por:

$$VIF = \frac{1}{(1 - R(j)^2)}$$

Onde o $R(j)$ é o coeficiente de correlação múltipla entre a variável j e a outra variável independente. Não foi considerado *stepwise* nas regressões uma vez que a não significância de alguma variável poderia ocasionar sua exclusão, podendo gerar assim perdas de informações entre as variáveis.

3.4.2 Modelo de regressão

O modelo utilizado para as questões Q11 e Q17 adaptou variáveis que já foram utilizadas em outras pesquisas relacionadas ao *lobbying* na contabilidade por Hansen (2011), Carmo (2014), Reuter e Messner (2015) e Tavares (2016). O objetivo desta regressão foi identificar a homogeneidade dentro de um mesmo grupo. Segue abaixo o modelo:

Equação 1 - Regressão

$$P_{Conc} = \beta_{Just} + \beta_{Prep} + \beta_{Cont} + \beta_{Inve} + \beta_{Org. Prof} + \beta_{Regu} + \beta_{Outr} + \beta_{Não gov.} + \beta_{Acad} + \varepsilon_i$$

Fonte: Adaptado de Hansen (2011); Carmo (2014); Reuter e Messner (2015); Tavares (2016).

Uma vez que esta regressão trabalhará apenas com variáveis binárias é necessário levar em consideração a armadilha da variável *dummy* (GREENNE, 2003; GUJARATI, 2011). Isso ocorre quando se considera apenas variáveis discretas, assim uma das variáveis deve ser representada pela constante, que para fins deste estudo a variável considerada como sendo a constante foi β_{Acad} . Ao considerar os acadêmicos como a constante da equação o teste VIF para a colinearidade não poderá ser realizado nesta variável.

Assim, as variáveis do modelo são descritas como:

Quadro 4 - Descrição das variáveis

Variável	Descrição
P_{Conc}	Variável dicotômica. Representa a concordância do lobista com o IIRC para a questão. Assume 1 caso concorde e 0 para caso contrário.
β_{Just}	Variável dicotômica. Assume 1 quando a justificativa é apenas de caráter conceitual e 0 para justificativas econômicas.
β_{Prep}	Variável dicotômica. Assume 1 quando o lobista se identifica como preparador e 0 para caso contrário.
β_{Cont}	Variável dicotômica. Assume 1 quando o lobista se identifica como profissional da contabilidade e 0 para caso contrário.
β_{Inve}	Variável dicotômica. Assume 1 quando o lobista se identifica como investidor e 0 para caso contrário.
$\beta_{Org. Prof}$	Variável dicotômica. Assume 1 quando o lobista se identifica como organizações profissionais (exceto contabilidade) e 0 para caso contrário.
β_{Regu}	Variável dicotômica. Assume 1 quando o lobista se identifica como reguladores e 0 para caso contrário.
β_{Outr}	Variável dicotômica. Assume 1 quando o lobista se identifica como outros usuários e 0 para caso contrário.
$\beta_{Não gov.}$	Variável dicotômica. Assume 1 quando o lobista se identifica como organizações não governamentais e 0 para caso contrário.
β_{Acad}	É a constante da regressão. Serve para representar os acadêmicos.
ε_i	É o erro do modelo.

Fonte: Adaptado de Hansen (2011); Carmo (2014); Reuter e Messner (2015); Tavares (2016).

O modelo de regressão considerou as categorias do grupo de *stakeholders* apresentados como padrão pelo IIRC (2013c;2013d), assim grupos como preparadores, profissionais da contabilidade, investidores, organizações profissionais (exceto contabilidade), reguladores e normatizadores de mercado, outros usuários, organizações não governamentais e acadêmicos foram extraídos do próprio IIRC.

Esses grupos já foram utilizados por outros pesquisadores. Carmo (2014) e Tavares (2016) considerou os grupos de preparadores, as organizações de profissionais, reguladores e os usuários das informações financeiras. Hansen (2011) ao considerar a habilidade do lobista em transmitir a informação desejada considerou a variável resposta, onde a variável recebia 1 se o lobista apoiava o *Board* e 0 para caso contrário. Reuter e Messner (2015) ao considerar as justificativas apresentadas pelos lobistas ao IIRC as dividiu em justificativas conceituais e econômicas.

3.4.3 Teste u de Mann-Whitney

O teste U de Mann-Whitney foi utilizado para contrastar os diferentes grupos envolvidos entre si. A significância desse teste demonstrará quais grupos se opõe entre

si. A hipótese nula para o teste diz que não existe diferença estatisticamente significativa entre as duas amostras. Uma vez significativo se aceitará a hipótese alternativa de que duas amostras possuem diferenças estatisticamente significativas.

O teste U de Mann-Whitney foi utilizado em outros trabalhos com o mesmo objetivo, o de determinar oposição entre grupos no processo de *lobbying* na contabilidade. Giner e Arcer (2012) utilizaram o teste U de Mann-Whitney para determinar a oposição entre reguladores, profissão contábil, preparadores, usuários e consultores em relação ao lobbying utilizado na IFRS 2 – pagamento baseados em ações.

De forma mais específica, Reuter e Messner (2015) utilizaram o teste U de Mann-Whitney, na parte de DP, para determinar se preparadores e a profissão contábil concordaram sobre a estrutura do RI; e se predadores e empresas ligadas a sustentabilidade concordaram sobre a estrutura do RI. Eles identificaram que empresas de contabilidade e preparadores tendem a ter posições semelhantes e órgãos ligados a sustentabilidade tendem a se opor aos preparadores.

4 RESULTADO

Esta seção será responsável por apresentar e discutir os resultados da pesquisa. Ela está dividida nas seguintes subseções: Resultado e discussão sobre materialidade, e resultado e discussão sobre responsabilização. Cada subseção apresentará os resultados estatísticos e os discutirá por meio da análise de conteúdo os argumentos utilizados pelos participantes.

4.1 Resultado e discussão sobre materialidade

A seguir serão apresentados os resultados estatísticos sobre a posição adotada por cada grupo em relação a materialidade, em seguida serão apresentados os argumentos utilizados através da análise de conteúdo.

4.1.1 Resultados estatísticos da décima primeira questão

Após a leitura das cartas comentários sobre a décima primeira questão foi utilizado a frequência percentual de cada grupo como forma de identificar o posicionamento geral que cada remetente adotou sobre o tema da materialidade. Segue:

Tabela 4 - Frequência de resposta da décima primeira questão

Grupos de interesse	Número de respondentes	Concordam	Discordam
Preparadores	78	28	50
	34,82%	26,67%	42,02%
Empresas de contabilidade	30	18	12
	13,39%	17,14%	10,08%
Investidores	30	20	10
	13,39%	8,93%	4,46%
Organizações de profissionais	18	8	10
	8,04%	7,62%	8,40%
Reguladores de mercado e padronizadores	9	6	3
	4,02%	5,71%	2,52%
Outros usuários	35	15	20
	15,63%	14,29%	16,81%
Organizações não governamentais	13	5	8
	5,80%	4,76%	6,72%
Acadêmicos	11	5	6
	4,91%	4,76%	5,04%
TOTAL	224	105	119
	100%	47%	53%

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Foram identificados 224 remetentes que responderam a décima primeira questão de acordo com o padrão estabelecido. Desses remetentes 78 ou 34,82% do total se identificaram como preparadores de relatórios. Os outros usuários foram o segundo grupo que mais enviaram cartas comentários, sendo 35 cartas ou 15,63% do total, o que demonstra um grande engajamento dos outros *stakeholders*. Empresas de contabilidade e investidores apareceram empatados, ambos enviaram 30 cartas o que representa 13,39% do total de cartas enviadas. Organizações profissionais, organizações não governamentais, acadêmicos e reguladores de mercado representam respectivamente 8,04%;5,80%; 4,91% e 4,02% do total de cartas consideradas.

Os resultados apontados acima concordam com o que foi encontrado por Jorissen (2012) de que preparadores de relatórios financeiros tendem a enviar mais cartas ao *Board* do que qualquer outro grupo isolado. Resultados semelhantes também foram encontrados por Reuter e Messner (2015) quando identificaram que na primeira etapa do RI os preparadores enviaram 45 cartas enquanto os usuários 16 cartas. Sutton (1984) expõe que o maior engajamento por parte dos preparadores se deve ao fato dos preparadores serem mais ricos, menos diversificados, além do fato de que a homologação de uma nova norma, pode criar aos preparadores uma nova obrigação.

Uma vez que foram identificados os grupos de *stakeholders* foi testado, por meio da regressão logística, a significância dos posicionamentos adotados por cada grupo. Segue abaixo:

Tabela 5 - Regressão logística sobre materialidade

Concorda	Coef.	Razão de chances	VIF	Erro padrão	z	P-value	Conf. Intervalar
β_{Prep}	-0.49678	0.6084895	5.31	0.6554207	-0.76	0.448	-1.78138 0.787825
β_{Cont}	0.604025	1.829467	3.23	0.7131592	0.85	0.397	-0.79374 2.001791
β_{Inve}	0.823975	2.279542	3.24	0.7218876	1.14	0.254	-0.5909 2.238848
$\beta_{Org. Prof}$	-0.21001	0.8105789	2.46	0.7802777	-0.27	0.788	-1.73932 1.31931
β_{Regu}	0.812272	2.253021	1.75	0.9355969	0.87	0.385	-1.02146 2.646008
β_{Outr}	-0.23329	0.7919201	3.57	0.7027162	-0.33	0.74	-1.61059 1.144004
$\beta_{N\grave{a}o gov.}$	-0.45895	0.6319491	2.08	0.8434026	-0.54	0.586	-2.11199 1.194092
β_{Just}	-0.5571	0.57287	1.05	0.3329685	-1.67	0.094	-1.2097 0.09551
β_{Acad}	0.323933	1.382555	-	0.6788626	0.48	0.633	-1.00661 1.654479
LR chi2(8)	15.6	Prob > chi2	0.0486	Pseudo R2	0.05	Log likelihood	-147.03

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os resultados obtidos por meio da regressão logística demonstram que, de forma geral, os profissionais da contabilidade, investidores, reguladores de mercado financeiros e acadêmicos concordam com o conceito de materialidade estabelecido pelo IIRC, isso pode ser observado pelos coeficientes apresentados por cada variável. Os coeficientes apresentados são de 0,604025 para os profissionais da contabilidade, 0,823975 para os investidores, de 0,812229 para os reguladores de mercado financeiros e de 0,323933 para os acadêmicos. A razão de chances apresentada pelos profissionais da contabilidade, investidores, reguladores de mercado e acadêmicos foram, respectivamente, de 1,829467; 2,279542; 2,253021 e 1,382555. Isso significa que as chances ponderadas dos profissionais da contabilidade serem favoráveis ao conceito de materialidade apresentado pelo IIRC foi de 82,94%; já os investidores possuem 127,95%, os reguladores de mercado financeiros apresentam 125,30% e os acadêmicos possuem 38,25% a mais de chance de serem favoráveis ao conceito de materialidade apresentado pelo IIRC.

Apesar dos coeficientes positivos, nenhum dos *p-value* apresentados pelos profissionais da contabilidade, investidores, reguladores de mercado e acadêmicos deram significativos. Isso demonstra que embora haja uma tendência desses lobistas em concordar com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC, nenhum dos grupos demonstrou ser essa tendência algo homogêneo dentro de seus respectivos grupos. Assim, apesar da inclinação em concordarem com o conceito apresentado, nenhum desses grupos de maneira individual chegou a fechar questão.

Preparadores, organizações de profissionais, outros usuários e entidades não governamentais não concordaram com o conceito de materialidade sugerido pelo IIRC. Os coeficientes apresentados são de -0,49678 para os preparadores, de -0,21001 para as organizações de profissionais, de -0,23329 para os outros usuários e de -0,45895 para as entidades não governamentais. A razão de chances desses grupos não concordarem com o conceito sugerido para a materialidade é de 0,6084895 para os preparadores de relatórios financeiros, de 0,8105789 para as organizações de profissionais, de 0,7919201 para os outros usuários e de 0,6319491 para as entidades não governamentais. Assim a probabilidade de chances que os preparadores de relatórios financeiros, organizações profissionais, outros usuários e entidades não governamentais possuem de concordar com o conceito apresentado de materialidade, é respectivamente, de 39,15%; 18,94%; 20,80% e 36,80%.

Apesar da discordância apresentada por esses grupos, nenhum se mostrou estatisticamente significativo, isto pode ser visto através dos *p-value* apresentados. Preparadores apresentaram *p-value* de 0,448; enquanto organizações profissionais apresentaram *p-value* de 0,788; o *p-value* dos outros usuários foi 0,74 e o *p-value* das organizações não governamentais foi de 0,586. Assim, apesar da inclinação que esses grupos possuem em negar o conceito apresentado pelo IIRC, nenhum desses grupos de maneira individual se mostrou homogêneo.

Os resultados obtidos concordam com o que foi proposto por Sutton (1984) de que usuários e preparadores teriam interesses opostos no momento de influenciar o *Board* sobre determinada norma. Isso fica claro ao identificar que os investidores possuem 127,95% a mais de chances de serem favoráveis ao conceito de materialidade do que qualquer outro grupo, enquanto os investidores possuem 60,85% a mais de chances de não concordarem com o conceito de materialidade sugerido pelo IIRC.

Essa oposição entre preparadores e usuários levantada por Sutton (1984) foi confirmada por Hochberg, Sapienza e Vissing-Jorgensen (2009) e Jorissen et. al (2012) para as normas de contabilidade financeira, eles identificaram um maior número de cartas por parte dos preparadores e a existência de uma oposição entre preparadores e usuários. Esses argumentos também foram encontrados para o RI na etapa de DP por Reuter e Messner (2015) ao aceitarem que os preparadores pressionam mais frequentemente o IIRC do que os usuários.

Os resultados encontrados através da frequência de respostas e da regressão logística confirmam que os preparadores enviaram 34,82% do total de cartas enquanto os investidores enviaram apenas 13,39% do total das cartas, validando que os preparadores enviam mais cartas do que os investidores. E a diferença no sinal dos coeficientes das variáveis na regressão demonstram a oposição existente entre esses dois grupos. Esses achados além de concordarem com Sutton (1984), Hochberg et. al (2009) e Jorissen et. al (2012), também concordam com os achados de Reuter e Messner (2015) para o RI.

Em relação a justificativa utilizada pelos remetentes no geral foi identificado um coeficiente de -0,5571 e que apresentou um *p-value* de 0,094 o que é significativo a 10%. Esses resultados demonstram que a maior parte dos remetentes ao discordarem do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC utilizaram uma justificativa conceitual. Foram encontrados 170 remetentes que justificaram sua posição conceitualmente enquanto apenas 54 remetentes buscaram se justificar de forma econômica. Desses 170

remetentes, 76 concordaram com o IIRC, enquanto os outros 94 remetentes discordaram do conceito apresentado. Assim, a justificativa conceitual foi a mais utilizada pelos lobistas, representando 75,89% do total dos respondentes, sendo que 56,47% dos remetentes que a utilizaram tomaram uma posição contrária ao IIRC.

O maior número de justificativas conceituais na etapa de CD estão de acordo com os achados de Reuter e Messner (2015) em relação a etapa anterior; os autores identificaram que na fase de DP o maior número de justificativas foram de caráter conceitual o que voltou a se repetir na etapa seguinte. Essa tendência por justificativas conceituais não é exclusividade do RI; Tutticci et. al (1994), Jupe (2000), Stenka e Taylor (2010) e Giner e Arce (2012) ao estudarem o *lobbying* em diferentes normas contábeis também encontraram que os argumentos mais utilizados pelos lobistas são os de caráter conceitual.

Os resultados apontados e discutidos acima levam a rejeitar h_1 , assim, em relação a materialidade os participantes não se organizaram de forma homogênea a ponto de fechar questão dentro do seu respectivo grupo.

4.1.2 Oposição entre os participantes da décima primeira questão

O item 4.1.1 demonstrou que nenhum grupo fechou questão de forma significativa a ponto de ser considerado como um grupo homogêneo em relação aos interesses defendidos frente ao IIRC. No entanto, embora não significativo, a regressão logística demonstrou através dos sinais apresentados pelos coeficientes e da razão de chances que existiram grupos que concordaram e outros que discordaram. Diante dessa diferença de sinais entre os coeficientes foi realizado o teste U de Mann-Whitney com o propósito específico de medir o grau de oposição entre diferentes grupos.

4.1.3 Análise de conteúdo da décima primeira questão

Aqui serão apresentados os conteúdos das cartas comentários. A princípio serão abordados os argumentos utilizados pelos grupos de *stakeholders* que de forma predominante demonstraram possuir, por meio da regressão logística, uma inclinação positiva para o conceito sugerido. Em seguida serão analisadas as respostas dos grupos que a regressão logística demonstrou ser contra o conceito de materialidade. Assim, após o uso da regressão logística os lobistas foram classificados em dois grupos, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 5 - Divisão dos grupos da Q11 para a análise qualitativa

Grupos predominantemente composto de:	
Concordantes	Discordantes
Investidores	Preparadores
Reguladores de mercado	Organizações profissionais
Profissionais da contabilidade	Outros usuários
Acadêmicos	Organizações não governamentais

Fonte: Elaboração própria, 2018.

O que determinou esses grupos foram os coeficientes apresentados na regressão. Porém, vale ressaltar que apesar de existir uma opinião predominante, há dentro desses dois grupos remetentes que são opostos ao que o grupo defende, o que se pretende aqui é analisar as similaridades das justificativas apresentadas por cada remetente. As técnicas consideradas para a análise de conteúdo foram as de nuvens e contagem de palavras, mapa de árvore para determinar os temas de maior ocorrência nas diversas justificativas e a análise de cluster com o objetivo de se avaliar a justificativa em si.

4.1.2.1 grupo de concordantes

Ao realizar a nuvem de palavras se buscou identificar as 50 palavras mais citadas considerando seus sinônimos. Os grupos que de forma geral concordaram com o conceito de materialidade apresentado para o RI foram os investidores, profissionais da contabilidade, reguladores de mercado e acadêmicos e eles apresentaram a seguinte nuvem de palavras:

Figura 3 - Nuvem de palavras do grupo de concordantes da Q11



Fonte: Elaboração própria, 2018.

É possível identificar que a palavra que apresenta maior destaque foi *materiality* que é a palavra tema da décima primeira questão. A palavra *materiality* apareceu em 5,38% do total de palavras escritas por esses quatro grupos, em seguida as palavras que apareceram com mais frequência nas cartas foi *report* com 3,31% e *financial* com 1,88%. Segue abaixo a frequência das 10 palavras mais citadas:

Quadro 6 - Frequência de palavras mais utilizadas pelos concordantes da Q11

Palavra	Percentual ponderado (%)	Sinônimos	Palavra e alguns sinônimos considerados
Materiality	5.38	8	Material, materiality, materialize, materialized, materially.
Report	3.31	15	Report, reported, reporters, reporting, reportsed.
Financial	1.88	1	Rinancial.
Issues	1.76	31	Issue, issues, publish, published, publics.
Providers	1.52	9	Provide, provided, provider, providers, providing.
Capital	1.49	3	Capital, capitals, great.
See	1.37	30	Assurance, checking, consider, considered, considering.
Value	1.25	16	Valuation, value, values, measurable, measure.
Information	1.20	8	Conversely, data, ease, inform, information.
Users	1.16	2	User, users.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em seguida, por meio da técnica de mapa de árvore, se buscou identificar quais palavras que esses remetentes utilizavam possuíam maior proximidade entre si. Foi identificado a estrutura abaixo:

Quadro 7 - Palavras mais utilizadas pelos concordantes na Q11

materiality	financial	capital	users	needs	make	point	integrated	reference	view	important	
	issues	see	definition	approach	investors	also	assessment	company	intended	concise	
		value	framework	determinat	agree	stakeholder	concept	believe	however	key	obligat
	report	providers	information	organisation	primary	used	process	princip	affect	differ	term
						managem	business	regard	risks	rights	may
										based	

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Remetentes que utilizaram a palavra *materiality* (materialidade), também tenderam a utilizar as palavras *financial* (financeiro), *capital* (capital) e *users* (usuários), como é possível identificar na resposta dada pela BDO International Limited (2013) que é uma entidade pertencente ao grupo da contabilidade. Segue abaixo:

“Concordamos que a abordagem da materialidade deve ser normalmente do ponto de vista dos fornecedores de capital financeiro (o que corresponde à abordagem adotada em relação à materialidade das demonstrações financeiras). A este respeito, acreditamos que este ponto de vista deve ser avaliado por aqueles que são responsáveis pela governança, com base no que avaliam como material da perspectiva dos usuários pretendidos. Concordamos que o processo de determinação da materialidade deve ser descrito (parágrafo 3.28), com particular atenção ao processo de comunicação das partes interessadas e a quaisquer questões que surgiram diretamente dele. Também deve ser dada atenção às organizações em que os fornecedores de diferentes formas de capital financeiro (por exemplo, investidores e credores para uma empresa) têm perspectivas diversas ou quando ocorre conflito ou onde a criação de valor em um capital corrói o valor em outro.”

Neste argumento é possível identificar que o remetente concorda com o conceito de materialidade e que argumenta que o conceito está alinhado aos das demonstrações financeiras. Vê-se, também, que no inglês as principais palavras elencadas pela frequência foram utilizadas para construir o seu argumento.

Em relação aos argumentos utilizados pelos lobistas foi aplicado a análise de cluster com o objetivo de determinar quais cartas possuíam mais semelhanças. Foi considerado o cluster padrão do NVivo11[®], que separou os remetentes em 10 grupos.

Quadro 8 - Análise de *cluster* dos concordantes da Q11

Grupo	nº de remetentes por grupo	Características comuns
1	2	Este grupo não concorda com o conceito apresentado, defendem um maior foco nos <i>stakeholders</i> .
2	1	Este grupo Concorda apenas justificando que é ótimo.
3	2	Este grupo concorda, mas sugere uma adoção gradual do relato integrado.
4	5	Este grupo concorda, mas justifica apenas dizendo "Sim".
5	3	Concorda e informa que a necessidade dos outros <i>stakeholders</i> devem ser atendidas por outros relatórios.
6	9	Este grupo teve como foco os fornecedores de capital financeiro e se eles precisavam ser os usuários primários. Houve discordância nesse grupo.
7	7	O grupo discute se o conceito de materialidade sugerido é suficiente para atender os demais <i>stakeholders</i> . Há dúvidas nesse grupo sobre se o conceito sugerido é o melhor conceito.
8	6	Esse grupo entende que o foco do conceito de materialidade deve ser na geração de valor e nos seus riscos. Há divisão entre o grupo.
9	7	Concordam, mas sugerem que o conceito da materialidade tenha um foco maior na alta administração da empresa.
10	38	De forma predominante os remetentes desse grupo concordam com o conceito de materialidade, ainda que alguns ofereçam melhorias ao conceito.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como é possível identificar na tabela acima, os participantes foram agrupados de acordo com suas características comuns apresentadas em suas justificativas. É possível identificar alguns contrastes como o grupo 1 e o grupo 10, ambos são opostos. O grupo 1 discorda do conceito de materialidade, porém fazem parte deste grupo apenas 2 participantes, enquanto o grupo 10 concorda com o conceito de materialidade e é composto de 38 remetentes. Outros grupos como o 6 e o 7 apesar de possuírem focos diferentes em relação a justificativa apresentada, ambos apresentam dúvidas sobre a suficiência do conceito sugerido de materialidade.

A justificativa do grupo 1 segue o exposto pela Accountant and Appraiser Supervisory Center – Ministry of Finance of Republic Indonesia (2013), que se identificou como regulador de mercado. “Não, acreditamos que o público também deve ser um usuário primário do relatório, especialmente para organizações financiadas pelo capital aberto e para aquelas com impactos ambientais transversais e globais (como corporações multinacionais)”. Como é possível identificar, este grupo não concorda com o foco sugerido pelo IIRC e deseja que mais *stakeholders* sejam usuários primários do RI.

A justificativa apresentada pelos grupos 2 e 4 foram semelhantes apesar de serem classificados em grupos distintos. O remetente Sustainability Advantage (2013), pertencente ao grupo 2, assim como todo o seu grupo, justificou apenas afirmando “É ótimo”. O grupo 4, de forma semelhante, justificou apenas dizendo “Sim”, como pode ser visto na resposta do Rabobank (2013), que se identificou como banco de investimento.

Os grupos 6 e 7, por sua vez, possuem semelhanças por porem em dúvida a suficiência do conceito de materialidade sugerido pelo IIRC, além de levarem em consideração uma maior participação dos demais *stakeholders* na determinação do que é material. Há dúvidas e alguns discordantes sobre se de fato os fornecedores de capital financeiro deveriam ser o usuário primário, um grupo de acadêmicos denominados de Group Submission: Daniela Salvioni and Luisa Bosetti(2013) justifica da seguinte forma “Se o *Framework* escolher definitivamente os provedores de capital financeiro como principal usuário destinatário, a definição proposta de "materialidade" é a única possível”. E a empresa de contabilidade Corporate Context (2013) informa:

“O valor do RI para outros *players* de mercado”, p. consumidores e funcionários, deve ser enfatizado ainda mais no quadro. O RI não deve ignorar outros fornecedores de outros capitais, além dos fornecedores de

capital financeiro. Quais são os interesses desses outros provedores? Poderia ser muito importante identificar estes para a tomada de decisões dos investidores ...”

O grupo 10 foi o grupo que teve mais remetentes, 38 no total, o grupo concordou com o conceito de materialidade sugerido pelo IIRC, ainda que apresentem algumas contribuições de melhoria. O regulador de mercado, Wales Audit Office (2013), expôs que:

“Consideramos que a abordagem da materialidade é apropriada. Alguns relatórios do setor público são extensivos e nem sempre conseguem destacar os problemas materiais bem. Por conseguinte, o quadro tem potencial real para suportar melhorias significativas, através da aplicação da sua abordagem à materialidade. Também concordamos com a abordagem que reconhece o valor da utilização de avaliações qualitativas e quantitativas da materialidade. No entanto, observamos que as descrições narrativas podem ser subjetivas e exigir um julgamento a ser feito”.

Assim, por meio das justificativas apresentadas e da análise de *cluster* é possível verificar o que foi constatado na regressão logística, de que apesar dos grupos de investidores, reguladores de mercado, acadêmicos e profissionais da contabilidade concordarem em sua maioria com o conceito de materialidade, havia remetentes dentro desses grupos que não concordavam ou que possuíam dúvidas sobre a eficácia do conceito de materialidade. Os grupos 2, 3, 4, 5, 9 e 10 concordam de forma predominante com o conceito de materialidade, porém os componentes dos grupos 1, 6, 7, 8 discordavam ou possuíam dúvidas sobre se o conceito pretendido era de fato o melhor.

4.1.2.2 Grupo de discordantes

Ao realizar a nuvem de palavras se buscou identificar as 50 palavras mais citadas considerando seus sinônimos. Os grupos que de forma geral discordaram do conceito de materialidade apresentado para o RI foram os preparadores de relatórios, organizações profissionais, outros usuários e organizações não governamentais e eles apresentaram a seguinte nuvem de palavras:

Em seguida, por meio da técnica de mapa de árvore, se buscou identificar quais palavras que esses remetentes utilizavam possuíam maior proximidade entre si. Foi identificado a estrutura abaixo:

Quadro 10 - Palavras mais utilizadas pelos discordantes na Q11

materiality	financial	stakeholders	definition	company	determina	impact	agree	integrated	used	different	
			view	approach	framework	important	risk	term	may	influence	
report	capital	providers				process	also	intende	principl	point	create
			organization	information	needs				one	sustain	releva
	issues	value				investors	business	concep			
			users	managem	primary	reference	believe	assess	including	example	mak
								however	short		

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Diferente do grupo de concordantes que trazia a palavra *stakeholders* apenas na sétima coluna da esquerda para a direita, os discordantes deram maior ênfase as partes interessadas, fazendo que o termo *stakeholders* possua maior evidência. Além da palavra *stakeholders* os discordantes deram ênfase a outras duas palavras, foram elas *definition* e *view*. Segue abaixo o argumento utilizado pela Allianz SE (2013), que se autodenomina preparador de relatórios financeiros:

“• O foco de análise da materialidade principalmente nos fornecedores de capital financeiro é contraditório com o objetivo original de "um relatório". A abordagem proposta não está suficientemente "integrada". Se colocar todo o ambiente de negócios de uma empresa em foco, esta abordagem também deve se aplicar à materialidade. • Nossa expectativa para o IIRC seria um quadro mais abrangente, orientado para as partes interessadas, além da atual orientação para os acionistas. Somente se o mero objetivo do projeto é melhorar a conscientização para a informação de sustentabilidade no mercado de capitais, pode-se argumentar que o enfoque estreito proposto é apropriado. Mas nós não acreditamos que este seja ou deveria ser seu mero objetivo. • Acreditamos que uma reforma dos relatórios corporativos não pode ter êxito sem levar em conta os requisitos de informação de diferentes partes interessadas e sem levar a comunidade de sustentabilidade a bordo. A fraqueza da aceitação do Framework na maioria das comunidades diferentes do mercado de capitais desde o início não parece ser uma estratégia promissora. • A questão da "conectividade" da informação material no relatório também exigiria orientações mais práticas. • Realizar uma análise de materialidade completa "pelo menos anualmente" pode ser excessivamente intensivo em recursos. Pode-se também argumentar que isso contradiz o foco na criação de valor a longo prazo, uma vez que é improvável que os impulsionadores da criação de valor a longo prazo mudem anualmente. No

entanto, as empresas devem informar sobre sua abordagem para revisar e monitorar a materialidade.”

Como é possível identificar, a Allianz SE (2013) não concordou com a sugestão proposta para a materialidade e justificou sua posição de forma conceitual. O remetente espera influenciar o IIRC a considerar os demais *stakeholders* da mesma forma que considera os fornecedores de capital financeiro.

A análise de cluster feita com base nos conteúdos apresentadas pelos remetentes que se autodenominaram preparadores de relatórios, organizações profissionais, outros usuários e organizações não governamentais possui a seguinte estrutura:

Quadro 11 - Análise de *cluster* dos discordantes da Q11

Grupo	nº de remetentes por grupo	Características comuns
1	10	Este grupo estabelece sua discussão no fato da materialidade se concentrar em atender primeiramente os principais usuários pretendidos. Houve diferentes posições neste grupo.
2	9	Este grupo informa que falta ao conceito de materialidade objetividade.
3	12	Os remetentes deste grupo informam de maneira curta que concordam com a proposta de materialidade.
4	3	Este grupo concordou com a definição, mas solicitou que o IIRC disponibilize maiores orientações para determinar a materialidade.
5	5	Os remetentes solicitaram que o conceito de materialidade foque mais nas partes interessadas e nos provedores de capital de médio e longo prazo.
6	3	Os participantes deste grupo não concordam com o conceito de materialidade pois o consideram extremamente narrativo.
7	7	Este grupo concorda com o conceito de materialidade, mas solicita a inclusão de metodologias para a aplicação prática.
8	4	Neste grupo há quem concorde com o conceito de materialidade, porém todos fazem uma observação ao foco que a proposta possui em relação aos investidores.
9	28	Este grupo foca suas justificativas sobre se é justo os provedores de capital financeiro serem os usuários primários do RI. Há divergência de posições entre os participantes.
10	63	Os remetentes deste grupo focam suas justificativas nas partes interessadas e de forma geral não concordam com a proposta de materialidade em discussão.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como é possível identificar, por meio da análise de cluster, existiram diferentes tipos de críticas feitas pelos remetentes sobre o conceito de materialidade, além

daqueles que concordaram. As críticas foram desde o fato de quem deveria ser o usuário primário do relatório e na ênfase dada a ele, quanto na quantificação ou subjetividade do conceito.

Uma vez que a regressão logística ignorou características individuais em favor do coletivo e demonstrou que os remetentes que se autodenominaram como preparadores, outros usuários, organizações não governamentais e organizações profissionais tendiam a não concordar com o conceito sugerido sobre materialidade, o *cluster* identificou qual argumento eles utilizaram, bem como aqueles remetentes que de forma individual concordavam.

Os grupos 3, 4 e 7 concordaram de forma integral com o conceito de materialidade ou em sua maior parte. Os remetentes destes grupos se justificaram de forma curta como “Concordamos com esta abordagem da materialidade”, resposta dada pelo remetente WSBI (2013), pertencente ao grupo 3. Participantes do grupo 4 além de concordarem focaram em outros aspectos que achavam necessário “O grupo concordou com a definição, mas é necessário disponibilizar mais orientação para determinar os itens materiais e permanecer conciso”, (BENELUX PILOT PROGRAMME PARTICIPANTS, 2013). E participantes do grupo 7 focaram na elaboração de uma metodologia, como é possível identificar na carta enviada pelo Bearing Point France (2013):

“Esta abordagem da materialidade corresponde a uma forma eficiente de definir tópicos a serem relatados. No entanto, a metodologia para definir questões materiais muitas vezes leva a subestimar as tendências futuras. Os sinais fracos enviados por partes interessadas externas devem ser bem considerados no processo e cuidadosamente examinados para definir sua materialidade, pois alguns deles certamente serão futuras tendências que moldam o mercado, o acesso aos recursos, o ecossistema das partes interessadas”.

Como é possível identificar no argumento do remetente, apesar de concordar que o conceito de materialidade é eficiente, ele considera que a metodologia pode levar a subestimar tendências futuras e os sinais enviados pelas partes interessadas.

Os grupos que mais tiveram remetentes foi o grupo 9 e o grupo 10. Ambos grupos não concordaram com a proposta sugerida pelo IIRC, porém no grupo 9 existiu uma minoria que defendia o conceito de materialidade. Por exemplo, existiram remetentes pertencentes ao grupo 9 que seguiram um argumento similar ao apresentado pelo Marks and Spencer plc (2013), que concordou com o conceito de materialidade:

“Apoiamos a proposta de que a materialidade seja determinada por referência às avaliações feitas pelos principais usuários do relatório pretendido (parágrafos 3.23 a 3.24). Os principais usuários do relatório pretendido são

fornecedores de capital financeiro. Apoiamos o uso do julgamento pela alta administração e os responsáveis pela governança para determinar se um assunto é material”.

Em contrapartida, outros usuários do grupo 9 não concordaram com o conceito de materialidade e seguiram uma justificativa parecida com a apresentada pela Sercom Consulting (2013):

“Limitar a determinação da materialidade apenas com as avaliações dos fornecedores de capital financeiro pode ser complicado. É muito importante para as pessoas competentes com uma visão holística da sustentabilidade, além das finanças”.

A maioria dos remetentes do grupo 9 não concordaram que os provedores de capital financeiro sejam os principais usuários do RI, dando mais ênfase aos outros *stakeholders* e aos capitais.

O grupo 10 foi o que teve o maior número de participantes, 63 no total, esses remetentes não concordaram com o conceito de materialidade e focaram suas justificativas no conceito de partes interessadas; como pode ser visto no argumento utilizado pela Fuji Xerox Austrália (2013):

“Não. A materialidade deve ser enquadrada através de uma lente de partes interessadas mais ampla. As empresas podem, é claro, priorizar os grupos de partes interessadas e determinar que algumas partes interessadas tenham um peso maior na determinação da materialidade. O projeto de definição precisa ser revisto como prioridade dada a natureza crítica do processo de materialidade”.

Ao comparar os grupos que por meio da regressão logística concordavam e discordavam pode-se identificar semelhanças e diferenças entre eles. As semelhanças foram que dentro dos grupos considerados pela regressão logística, tendem a existir remetentes que possuem posição oposta ao da maioria do grupo, por exemplo, há preparadores, que possuem uma ideia oposta à daquela apresentada pela maioria dos representantes de seu grupo. Também existiram remetentes que possuíam desconfiança. Porém, seja entre os concordantes ou entre os discordantes, o grupo 10 nas duas situações é o que possui a maior parte dos remetentes, sendo o argumento predominante utilizado pelo lobista para defender ou se opor a ideia apresentada pelo IIRC.

4.2 Resultado e discussão sobre responsabilização

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados obtidos por meio da análise da décima sétima questão do CD, que trata sobre a responsabilização das informações contidas no RI.

4.2.1 Resultados estatísticos da décima sétima questão

Após a leitura das cartas comentários sobre a décima sétima questão foi utilizado a frequência de respostas como forma de identificar o posicionamento geral que cada grupo de remetente adotou em relação a responsabilização das informações. Segue tabela:

Tabela 6 - Frequência de resposta da décima sétima questão

Grupos de interesse	Número de respondentes	Concordam	Discordam
Preparadores	73	39	34
	34.76%	18.57%	16.19%
Empresas de contabilidade	28	23	5
	13.33%	10.95%	2.38%
Investidores	30	25	5
	14.29%	11.90%	2.38%
Organizações de profissionais	15	7	8
	7.14%	3.33%	3.81%
Reguladores de mercado e padronizadores	7	4	3
	3.33%	1.90%	1.43%
Outros usuários	33	24	9
	15.71%	11.43%	4.29%
Organizações não governamentais	15	12	3
	7.14%	5.71%	1.43%
Acadêmicos	9	7	2
	4.29%	4.96%	2.90%
TOTAL	210	141	69
	100%	67%	33%

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Foram identificados 210 remetentes que responderam a décima sétima questão de acordo com o padrão estabelecido. Desses remetentes 73 ou 34,76% do total se identificaram como preparadores de relatórios. Os outros usuários foram o segundo grupo que mais enviaram cartas comentários, sendo 33 cartas ou 15,71% do total. Investidores enviaram 30 cartas o que representa 14,29% do total de cartas enviadas e empresas de contabilidade enviaram 28 cartas, 13,33% do total. Organizações profissionais, organizações não governamentais, acadêmicos e reguladores de mercado representam respectivamente 7,14%; 7,14%; 4,29% e 3,33% do total de cartas consideradas.

Com as frequências obtidas da décima sétima questão é possível expor que menos remetentes responderam esta questão se comparado com a décima primeira. Enquanto

na décima primeira questão houveram 224 respostas aptas, na décima sétima houveram 210, ou seja, 14 respostas a menos. A ordem dos maiores remetentes se manteve constante para os 2 primeiros grupos. Assim, semelhante ao encontrado na décima primeira questão os preparadores e outros usuários foram os que mais enviaram respostas. Diferente da décima primeira questão, a quantidade de investidores que responderam a esta questão foi percentualmente maior do que a dos profissionais da contabilidade, indicando um maior engajamento em relação a essa questão por parte dos investidores.

Uma vez que foram identificados os grupos de *stakeholders* foi testado, por meio da regressão logística, a significância dos posicionamentos adotados por cada grupo. Segue abaixo:

Tabela 7 - Regressão logística sobre responsabilização

Concorda	Coef.	Razão de chances	VIF	Erro padrão	z	P-value	Conf. Intervalar	
β_{Prep}	-1.168388	0.3108675	5.96	0.8399433	-1.39	0.164	-2.814647	0.4778702
β_{Cont}	0.2843828	1.328942	3.563	0.9443062	0.3	0.763	-1.566423	2.135189
β_{Inve}	0.2901773	1.336664	3.733	0.9442693	0.31	0.759	-1.560557	2.140911
$\beta_{Org. Prof}$	-1.473648	0.2290883	2.491	0.9612515	-1.53	0.125	-3.357666	0.4103707
β_{Regu}	-1.046893	0.3510268	1.725	1.113487	-0.94	0.347	-3.229288	1.135502
β_{Outr}	-0.2737105	0.7605522	3.933	0.8947831	-0.31	0.76	-2.027453	1.480032
$\beta_{N\grave{a}o gov.}$	0.1073838	1.113361	2.478	1.032574	0.1	0.917	-1.916424	2.131191
β_{Just}	0.3861069	1.471242	1.031	0.3584381	1.08	0.281	-0.3164189	1.088633
β_{Acad}	1.004525	2.730609	-	0.8343037	1.2	0.229	-0.6306806	2.63973
LR chi2(8)	19.4	Prob > chi2	0.0128	Pseudo R2	0.073	Log likelihood	123.26162	

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os resultados obtidos por meio da regressão logística demonstram que, de forma geral, os profissionais da contabilidade, investidores, organizações não governamentais e acadêmicos concordaram em responsabilizar a governança das empresas pelas informações contidas no RI. O coeficiente apresentado pelos profissionais da contabilidade foi de 0,2843828 e o coeficiente dos investidores, organização não governamentais e acadêmicos foram, respectivamente, de 0,2901773; 0,1073838 e 1,004525; assim todos os coeficientes apresentados por essas variáveis foram positivos.

Das variáveis que deram positivas a que apresentou maior razão de chances foram os acadêmicos com 2,730609; seguido dos investidores com 1,336664; profissionais da contabilidade com 1,328942 e organizações não governamentais com 1,113361. No

entanto, apesar dos coeficientes positivos nenhuma das variáveis apresentou *p-value* significativo a 10%. Isso indica que apesar dessas variáveis possuírem uma inclinação a concordar com o IIRC, sobre responsabilizar a governança das organizações em relação as informações contidas no RI, nenhuma dessas variáveis fechou de fato questão.

Preparadores, organizações de profissionais, reguladores de mercado e outros usuários não concordaram em responsabilizar a governança das empresas. Os coeficientes apresentados foram de -1,168388 para os preparadores, de -1,473648 para as organizações de profissionais, de -1,046893 para os outros usuários e de -0,2737105 para os outros usuários. A razão de chances desses grupos que não concordaram foi de 0,3108675 para os preparadores de relatórios financeiros, de 0,2290883 para as organizações de profissionais, de 0,3510268 para os reguladores e de 0,7605522 para os outros usuários. Novamente nenhuma dessas variáveis possuiu significância estatística a 10%. Assim, apesar da inclinação desses grupos em não responsabilizar a governança das empresas pelas informações fornecidas no RI, nenhum grupo sozinho se mostrou homogêneo.

Uma vez que os investidores e empresas de contabilidade possuíram coeficientes positivos e os preparadores possuíram coeficiente negativo, embora não significativos, os resultados obtidos por meio da regressão levantam indícios que corroboram a aceitar h_2 . Assim, investidores e empresas de contabilidade concordam em responsabilizar a governança das empresas em relação ao que será divulgado no RI enquanto os preparadores de relatório não concordam com essa responsabilidade sugerida pelo IIRC.

Apesar de Georgiou (2004), Giner e Arce (2012) e Jorissen et al. (2012) exporem que preparadores e empresas de contabilidade tendem a formar uma única coalizão no processo de *lobbying* nas normas de contabilidade financeira e de Reuter e Messner (2015) identificar indícios dessa coalizão na fase de DP do RI, os resultados obtidos para esta questão não fornecem sustentação para esta visão. Os resultados encontrados estão mais próximos do que foi exposto por Puro (1984), onde empresas de contabilidade farão oposição aos preparadores quando os preparadores, visando reduzir possíveis custos, não concordarem com uma norma a qual as empresas de contabilidade, encontra partida, identifiquem uma fonte de novos benefícios econômicos.

Em relação as justificativas, novamente, foram tidas uma propensão a justificativas conceituais pelos remetentes. Essa tendência por justificativas conceituais além de já ter sido identificada na décima primeira questão, também está presente em

Tutticci et. al (1994), Jupe (2000), Stenka e Taylor (2010) e Giner e Arce (2012) ao estudarem o *lobbying* em diferentes normas contábeis.

Uma outra medida realizada foi a comparação do posicionamento adotado pelos grupos de *stakeholders* nas duas questões consideradas por este estudo. Esta medida teve como objetivo melhor visualizar os grupos e seu posicionamento frente as sugestões realizadas pelo IIRC para o RI.

Quadro 12 - Resumo dos posicionamentos da regressão logística

Grupo	Concorda com a sugestão apresentada para a		A posição adotada pelo grupo foi estatisticamente significativa para a		O grupo concordou com as sugestões apresentadas pelo IIRC para as questões 11 e 17?
	Q11	Q17	Q11	Q17	
β_{Prep}	Discorda	Discorda	Não	Não	Não
β_{Cont}	Concorda	Concorda	Não	Não	Sim
β_{Inve}	Concorda	Concorda	Não	Não	Sim
$\beta_{Org. Prof}$	Discorda	Discorda	Não	Não	Não
β_{Regu}	Concorda	Discorda	Não	Não	Parcialmente
β_{Outr}	Discorda	Discorda	Não	Não	Não
$\beta_{N\grave{a}o gov.}$	Discorda	Concorda	Não	Não	Parcialmente
β_{Acad}	Concorda	Concorda	Não	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como é possível identificar, nenhum grupo discordou de forma estatisticamente significativa em nenhuma das questões consideradas. Em relação a concordância, em cada questão foi visto que preparadores, organizações profissionais e outros usuários foram os grupos que discordaram das sugestões apresentadas pelo IIRC. Já reguladores e organizações não governamentais concordaram parcialmente, ou seja, concordaram com alguma questão e discordaram da outra. No mais, investidores, empresas de contabilidade e acadêmicos no geral concordaram com as sugestões apresentadas pelo IIRC.

O fato dos investidores concordarem com as sugestões apresentadas pelo IIRC e dos outros usuários que não são detentores do capital financeiro discordarem, embora não significativos estatisticamente, oferecem subsídios para o que foi exposto por Flower (2015), Thomson (2015) e Mio (2016) de que o IIRC buscou alinhar o RI aos interesses dos provedores do capital financeiro. Esse indicio se torna mais evidente quando além dos resultados, na versão final do *Framework* é possível ler que “O

principal objetivo de um relatório integrado é explicar a provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo” (IIRC, 2013a).

4.2.2 Análise de conteúdo da décima sétima questão

Aqui serão apresentados os conteúdos das respostas daqueles remetentes que responderam a décima sétima questão. Novamente serão abordados os argumentos utilizados pelos *stakeholders* separados em dois grupos através da regressão logística conforme demonstrado abaixo:

Quadro 13 - Divisão dos grupos da Q17 para a análise qualitativa

Grupos predominantemente composto de:	
Concordantes	Discordantes
Investidores	Preparadores
Organizações não governamentais	Organizações profissionais
Profissionais da contabilidade	Outros usuários
Acadêmicos	Reguladores de mercado

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Assim como na décima primeira questão houveram quatro partidos concordando e outros quatro discordando da sugestão oferecida pelo IIRC. E foi esta divisão que serviu como parâmetro para a análise de conteúdo.

4.2.2.1 Grupo de concordantes

Ao realizar a nuvem de palavras se buscou identificar as 50 palavras mais citadas considerando seus sinônimos. Os grupos que de forma geral concordaram em responsabilizar a governança das empresas foram os investidores, profissionais da contabilidade, organizações não governamentais e acadêmicos e eles apresentaram a seguinte nuvem de palavras:

Figura 5 - Nuvem de palavras do grupo de concordantes da Q17



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como é possível identificar, a palavra *report* foi a mais citada representando 5,82% do total de palavras escritas para esta resposta. A segunda e a terceira palavra mais citada foram *governance* com 3,80% e *requirement* com 3,51%. E a frequência das 10 palavras mais citadas foram:

Quadro 14 - Frequência de palavras mais utilizadas pelos concordantes da Q17

Palavra	Percentual ponderado (%)	Sinônimos	Palavra e alguns sinônimos considerados
Report	5.82	10	Report, reported, reporting, reports, describe.
Governance	3.80	16	Governance, governing, authority, control, order.
Requirement	3.51	19	Requirement, require, required, need, take.
Responsibility	3.02	8	Responsibilities, responsibility, responsible, obligation, response.
Charged	2.63	12	Charge, charged, commitment, commitments, send.
Integrated	2.34	10	Integrate, integrates, integrating, structured, incorporate.
Statement	2.27	2	Statement, statements.
Management	2.07	11	Management, managing, directors, director, oversee.
Yes	1.63	1	Yes.
Acknowledgement	1.34	10	Acknowledging, know, knowingly, recognise, refers.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em seguida, por meio da técnica de mapa de árvore, se buscou identificar quais palavras que esses remetentes utilizavam possuíam maior proximidade entre si. Foi identificado a estrutura abaixo:

Quadro 15 - Palavras mais utilizadas pelos concordantes na Q17

report	requirement	charged	managemen	make	provide	informatio	companies	include	practice
					also	process	importan	material	content
		integrated	yes	assurance		perform	support	disclosu	external
	responsibility			consider	body		reliabilit	fundar	prepa
governance		statement	acknowledge	financial	board	organiz	like	alread	order
					framework	take	addition	agree	accou
								explic	result

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Remetentes que utilizaram a palavra *report*(relatório), também tenderam a utilizar as palavras *responsibility* (responsabilidade), *integrated* (integrado) e *yes*(sim), como é possível identificar na resposta dada pelo APG Asset Management (2013) que é uma entidade pertencente ao grupo da contabilidade. Segue abaixo:

Sim. A responsabilidade deve ser o núcleo de todos os relatórios. Como o título sugere, o principal objetivo do ICGN é promover melhores práticas em governança. A gerência deve dar conta de sua administração e isso começa com um reconhecimento fundamental de sua responsabilidade. O Parágrafo 5.17 estabelece bem o raciocínio. Seria útil reconhecer o primado dos investidores nesta relação de relatórios. Esperamos que os responsáveis pela governança forneçam uma declaração de conformidade com o quadro de RI. Em nossa opinião, isso deve ser obrigatório. Além disso, esperamos que o auditor externo realize uma verificação de consistência também para o Relatório Integrado. (Não executivo) os diretores devem declarar explicitamente que eles não só verificaram a confiabilidade e integridade dos números financeiros, mas também o conteúdo do Relatório Integrado. Existem já exemplos de tais requisitos em algumas jurisdições, como a Austrália (Seção 299A da Lei das Sociedades por Ações).

A resposta dada por este remetente demonstra que ele concorda em responsabilizar a governança de forma obrigatória caso a organização opte pelo RI, além disso o lobista espera que auditores externos validem as informações contidas no relatório.

A análise de *cluster* feita com base nos conteúdos apresentadas pelos remetentes que se autodenominaram investidores, organizações não governamentais, profissionais da contabilidade e acadêmicos possui a seguinte estrutura:

Quadro 16 - Análise de *cluster* dos concordantes da Q17

Grupo	nº de remetentes por grupo	Características comuns
1	3	Os remetentes deste grupo concordam com a sugestão desde que ela não traga nenhuma nova implicação legal.
2	1	Apenas um remetente informou que era desnecessário que bastava seguir a legislação local.
3	3	Os 3 remetentes deste grupo trazem respostas curtas focando na responsabilização dos preparadores, porém 2 remetentes utilizaram esta justificativa para concordar e 1 para discordar.
4	22	Há concordância com a sugestão por parte dos remetentes. Eles acreditam que tal responsabilização ajudará a promover relatórios confiáveis e mais completos.
5	10	Este grupo concorda, porém, foca que a administração da empresa também deve ser responsabilizada.
6	9	Este grupo expõe que o envolvimento da governança é algo fundamental para o sucesso do pensamento integrado em uma organização.
7	11	Este grupo não acha necessária tal declaração por entender que isto já é algo implícito no RI.
8	4	Este grupo não é de acordo em responsabilizar a governança da empresa, eles alegam que apenas isso não gera valor para a empresa.
9	5	Os remetentes deste grupo concordam por entenderem que tal medida gera legitimidade para o RI.
10	14	Os participantes deste grupo concordam que tal medida fará que um órgão supervisione as práticas de governança.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A análise de *cluster* identificou diferentes opiniões enviadas pelos remetentes. Embora a maioria dos remetentes tenha concordado, houveram aqueles que concordaram com ressalva e outros que discordaram, embora fossem minoria.

Os grupos que concordam em responsabilizar a governança foram os grupos 4, 6, 9, 10. Os grupos 4 e 10, respectivamente, são os grupos que mais possuem participantes; o grupo 4 possui 22 remetentes e o grupo 10 possui 14 remetentes. Assim, o número total de remetentes que concordaram sem ressalva alguma foi de 50 participantes. Apesar de concordarem sem ressalva, estes grupos possuíram diferentes justificativas. O grupo 4, por exemplo, acredita que tal medida ajudará a promover relatórios mais confiáveis e completos, como é possível identificar através do argumento de Kurt Ramim (2013), um dos participantes do grupo 4:

“Sim. Uma boa governança corporativa deve incluir não só o motivo do lucro, mas também as responsabilidades ambientais e sociais da organização e informar sobre tais assuntos, juntamente com as demonstrações financeiras. Esta definição mais ampla de governança, de fato, corresponde ao exigir que aqueles que são encarregados da governança gerem um relatório integrado. Isso leva ao pensamento integrado e responsabiliza a administração pelas informações fornecidas”.

O remetente acredita que tal medida ajudará a fornecer um relatório mais completo que aborde questões sociais e ambientais, indo assim além do lucro. Esse pensamento foi seguido pelos outros participantes que compõe este grupo.

O grupo 10 também concorda, mas justifica sua posição argumentando que essa medida fará que haja uma maior supervisão em relação as informações contidas no RI, de forma objetiva a Sustainability Advantage (2013), remetente pertencente a esse grupo, argumenta que “Sim. A fiscalização do conselho é um sinal de boa governança”. Assim, os participantes do grupo 10 acreditam que um termo de responsabilidade emitido pela governança demonstrará suas boas práticas.

Os grupos 1, 3 e 5 foram os que concordaram com certa ressalva. O total de remetentes que compõe estes grupos são de 16 lobistas. O que se identifica individualmente é que os participantes do grupo 3 focam suas respostas no fato de responsabilizarem os preparadores de relatório financeiro, no entanto há dentro desse grupo remetente que utiliza essa justificativa para discordar em responsabilizar a governança.

Os participantes do grupo 1 e 5 apesar de concordarem possuem ressalvas cujos argumentos são opostos. Enquanto o grupo 1 concorda desde que tal medida não traga nenhuma responsabilidade legal, o grupo 5, por outro lado, informa que por meio dessa medida a administração da empresa poderá ser responsabilizada. Esses argumentos tornam-se mais claros com as respostas apresentadas por seus participantes. A WWF UK (2013), remetente pertencente ao grupo 1, expõe “Esta proposta parece sensata, desde que esse reconhecimento não crie novas responsabilidades legais para os interessados, o que poderia dissuadir a adoção de relatórios integrados”. Já o IBGC, membro pertencente ao grupo 5, expõe “Sim, exatamente como requisitado na informação financeira, a administração deve assumir a responsabilidade pelo IR e os controles internos em torno do relatório de sustentabilidade”. Assim, é possível identificar embora concordando esses grupos possuem interesses opostos.

Os grupos 2, 7 e 8 contém os remetentes que apesar de fazerem parte do grupo identificado pela regressão logística de concordantes, mas que de forma individual não

concordam com a questão 17. O total de seus participantes são 16, mesmo número de participantes daqueles que concordam com ressalva. O grupo 2 e 7 possuem justificativas semelhantes por afirmarem que isso já é algo estabelecido em relatórios de legislações locais e que uma declaração por parte da governança não é preciso por já estar de forma implícita contida sua responsabilização. O remetente Enrique Prine (2013), pertencente ao grupo 2, argumenta “É desnecessário. As empresas devem seguir a legislação local”; e o remetente do grupo 7, James Rohan (2013), argumenta “Por razões de concisão, devemos assumir que os responsáveis cumpriram suas obrigações. Uma declaração só deve ser justificada quando ocorrer uma exceção à regra”. Assim, estes grupos discordam por entenderem que isso já é algo que vem sendo feito por outros relatórios.

O grupo 8 é o grupo mais radical ao discordar, pois afirma que tal medida não trará acréscimo ao valor da empresa. Essa justificativa pode ser vista no remetente, MAS Business “Qual valor ele adiciona? Se uma empresa está realmente relatando o que está fazendo, a evidência falará por si mesma. Caso contrário, existe realmente algum benefício para que a gerência assine o relatório?”. Como é possível identificar o remetente em seu argumento demonstra uma forte descrença em tal mecanismo.

4.2.2.2 Grupo de discordantes

Ao realizar a nuvem de palavras se buscou identificar as 50 palavras mais citadas considerando seus sinônimos para os participantes dos grupos que a regressão logística demonstrou discordarem. Os grupos que de forma geral discordaram em responsabilizar a governança das empresas foram os preparadores, organizações profissionais, outros usuários e reguladores de mercado, onde eles apresentaram a seguinte nuvem de palavras:

Em seguida, por meio da técnica de mapa de árvore, se buscou identificar quais palavras que esses remetentes utilizavam possuíam maior proximidade entre si. Foi identificado a estrutura abaixo:

Quadro 18 - Palavras mais utilizadas pelos discordantes na Q17

report	governance	integrated	management	company	provide	board	take	organizat	content
					believe	reliabili	also	addition	top
		statement	assurance	acknowledg			role	enough	conside
	responsibility		body	information	include	financia		value	may
requirement					internal	making		present	current
		charged	yes	framework	process	importa	busines	state	perfor
									legal
									strate

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Remetentes que utilizaram a palavra *report* (relatório), também tenderam a utilizar as palavras *governance* (governança), *integrated* (integrado) e *management* (gestão), como é possível identificar na resposta dada pela Afep (2013) que é uma entidade pertencente as organizações profissionais. Segue abaixo:

Não, não deve haver tal exigência: - há grandes incertezas em relação às informações não financeiras que seriam incluídas em um relatório integrado (veja nossas respostas às perguntas anteriores) e as informações fornecidas não seriam suficientemente confiáveis para ser publicado e sujeito a uma declaração de responsabilidade; - a informação não financeira que é suficientemente confiável para ser publicada está incluída em relatórios e comunicações obrigatórios e segue o regime relacionado.

A resposta dada por este remetente demonstra que ele não concorda em responsabilizar a governança e que possui descrença nas informações não financeiras.

A análise de *cluster* feita com base nos conteúdos apresentadas pelos remetentes que se autodenominaram preparadores, organizações profissionais, outros usuários e reguladores de mercado possui a seguinte estrutura:

Quadro 19 - Análise de *cluster* dos discordantes da Q17

Grupo	nº de remetentes por grupo	Características comuns
1	7	O grupo demonstrou estar dividido. Os remetentes deste grupo focaram na responsabilidade da alta administração para concordar ou discordar em responsabilizar a governança.
2	6	Este grupo é contra o RI ter uma declaração da governança. E se justificam informando que as informações não financeiras não são confiáveis.
3	18	Este grupo concorda e se justifica dizendo que essa medida colocaria a governança no topo da organização.
4	4	Este grupo concorda e foca seu argumento na estratégia e criação de valor para a empresa.
5	13	Os remetentes ficaram divididos. Eles argumentaram para concordar ou discordar informando que esta prática já é algo adotada em vários mercados.
6	44	A maioria dos participantes deste grupo discorda conceitualmente do fato de ter uma declaração que responsabilize a governança, embora alguns também utilize uma justificativa conceitual para concordar.
7	4	Os remetentes deste grupo discordam e se justificam informando que uma declaração trará implicações legais para a governança.
8	20	Este grupo discorda de haver uma declaração por parte da governança. Os argumentos utilizados se concentram em aspectos de determinados países.
9	6	Este grupo não concorda e informa que apenas é necessário seguir o que manda a legislação local uma vez que o governo de cada país diz quem deve ser responsável.
10	6	Este grupo não é contra, mas deseja uma simplificação.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A análise de *cluster* identificou que o grupo 6 com 44 remetentes foi o que mais agregou remetentes discordantes, embora houvesse alguns que concordassem, esse grupo justificou sua posição conceitualmente, informando que ao seguir as recomendações dos princípios estabelecidos no *Framework* não precisa ter uma declaração por parte da governança. Esse tipo de argumento pode ser visto na resposta fornecida pela FMO NV (2013) “Não deve ser necessário se o relatório integrado for preparado de acordo com os requisitos baseados em princípios (tipo itálico em negrito) do *Framework* e isso é comunicado como tal”.

O segundo grupo que mais teve remetente também discordou do fato de ter uma declaração de responsabilidade para o RI por parte da governança da empresa foi o grupo 8. No entanto, apesar de discordarem, este grupo foca seu argumento nas leis e regulamentos de determinados países, isso pode ser visto na justificativa apresentada pelo Canadian Investor Relations Institute (2013):

“De acordo com os regulamentos canadenses, o Conselho de Administração é encarregado da governança sobre a liderança, a estratégia e o desempenho de uma empresa. Os conselhos não estão envolvidos na gestão de relatórios anuais, nem estarão envolvidos com um relatório integrado. Além disso, o CEO e CFO de uma empresa são responsáveis por certificar a divulgação no relatório anual - não o Conselho, um requisito que se aplicaria a um relatório integrado se substituir o anual. Se o relatório integrado for um resumo de informações de outras divulgações, grande parte dessa informação será coberta pelo processo existente para certificação. Esta certificação pode ser referenciada no relatório integrado em vez de repetida”.

Argumentos semelhantes são utilizados pelo WBCSD (2013) para as empresas dos Estados Unidos:

“As empresas dos EUA não querem ver um SOX 404 como obrigação para relatórios integrados. Um relatório integrado, no entanto, deve ser claramente de propriedade da alta administração e esta responsabilidade reconhecida no relatório integrado. O gerenciamento também deve descrever os processos de controle interno que eles estabeleceram para garantir a integridade do conteúdo do relatório. A implementação prática deste no Reino Unido é considerada muito desafiadora. Os fornecedores de seguros não são susceptíveis de fornecer garantias sobre eventos futuros. A abordagem será em revisão do ambiente de controle interno e do sistema em torno da captura de dados que complementaria a divulgação de gerenciamento de texto acima”.

Como é possível identificar nos dois exemplos apresentados, ambos remetentes se valem de leis e regulamentos locais para justificar sua oposição a uma declaração de responsabilidade da governança.

O terceiro grupo que mais teve remetentes foi o grupo 3 que apresentou 18 remetentes, este grupo, por sua vez, concordou com a sugestão apresentada pelo IIRC. Os remetentes deste grupo justificaram sua posição com base no poder que a governança possui uma vez que ela se encontra no topo de uma organização. Esse tipo de argumento pode ser identificado na resposta enviada pela Lodestar (2013) “Sim, acho que deveria. Isso ajudaria com a confiabilidade, além de garantir que ele permaneça no topo da organização”.

Por fim, é possível identificar que dos 10 grupos criados por esse cluster, 5 se justificaram conceitualmente e 5 se justificaram economicamente. No entanto, apesar de haver um equilíbrio em relação aos grupos, esse equilíbrio não se manteve quando é comparado o número de participantes que possui em cada um deles. Assim, os grupos 4, 5, 7, 8 e 9 que se justificaram economicamente possuem ao todo 47 remetentes, enquanto os grupos 1, 2, 3, 6 e 10 possuem 81 remetentes que se justificaram de forma conceitual.

4.3 Discussão da análise de conteúdo

Uma vez apresentadas as principais palavras e justificativas utilizadas para as questões 11 e 17 foram comparados os resultados encontrados por este estudo com outros trabalhos que trataram sobre *lobbying*.

O trabalho de Reuter e Messner (2015) foi o mais próximo a este estudo uma vez que realizou uma análise de conteúdo sobre o RI na etapa de DP, dessa forma os resultados referentes ao conteúdo de ambos serão analisados.

Reuter e Messner (2015) encontraram que 72% dos lobistas na etapa de DP apresentaram justificativas conceituais, enquanto os resultados encontrados por este estudo demonstram que essa tendência também foi seguida pela maior parte dos lobistas na etapa de CD, apesar de muitos remetentes se valerem de argumentos conceituais para discordar do IIRC. Assim, os achados encontrados na primeira fase de consulta pública se mantiveram na etapa de CD.

A relação preparadores e usuários foi suportada por Reuter e Messner (2015) em um sentido restrito, diferente daquele apresentado por Sutton (1984), dessa forma os partidos considerados por eles que tiveram posições antagônicas foram os preparadores que divergiram dos investidores e analistas de mercado. Essa oposição entre preparadores e investidores também foi encontrada em seu sentido restrito por este estudo, uma vez que outros partidos como reguladores e organizações não governamentais, que em essência são mais próximos dos usuários detentores de capital financeiro, ora se comportaram a favor das empresas, ora se comportaram a favor dos investidores.

Vale salientar que esses resultados embora encontrados por Reuter e Messner (2015), também foram encontrados por outros trabalhos que estudaram o *lobbying* nas normas contábeis, como os de Tutticci et. al (1994), Jupe (2000) e Giner e Arce (2012). Eles demonstraram que os preparadores enviaram mais cartas que os usuários e que ambos tomaram posições opostas durante o processo de homologação de uma norma. Dessa forma, não é inviável considerar que embora o IIRC possua diferenças marcantes em relação ao FASB ou IASB, a forma que o argumento é apresentado pelos lobistas ainda contem características comuns, sendo uma delas o foco na justificativa conceitual e no antagonismo presente na relação preparadores e usuários.

Ao levar em consideração o conteúdo das cartas comentários Reuter e Messner (2015) identificaram que o principal ponto de crítica, por parte dos lobistas em relação ao DP, foi a incompletude dos princípios orientadores do RI; para os lobistas esses

princípios deveriam ser melhor explanados. Em segundo lugar, outro fator de crítica foi a materialidade e a responsabilização das informações contidas no RI, os lobistas destacaram esses temas como de particular importância e que deveriam ser melhor explorados em elaborações futuras como na etapa seguinte de CD. Os resultados encontrados por este estudo demonstram que 53% dos lobistas discordaram do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC e que o principal fator de discordância foi a falta de foco, segundo os lobistas, dadas as partes interessadas.

Assim, é possível identificar que a materialidade, para muitos lobistas, não ficou clara na etapa de DP, o que motivou a uma maior demanda futura sobre o tema, e que uma vez chegada a etapa seguinte, a de CD, o conceito de materialidade não foi aprovado pela maioria dos remetentes. Mais uma vez vale considerar que essa maioria de discordantes foi de 53%, algo não muito expressivo, e que o maior grupo de oposição foi o de preparadores com 50 discordantes ou 42,02% do total dos 119 discordantes.

O foco dado a materialidade e responsabilização das informações contábeis apresentados por Reuter e Messner (2015) e ratificado por este estudo pode ter suas origens nos relatórios sócio ambientais divulgados pelas empresas no final do século XX. Estudos como os de Milne e Adler (1999) e Unerman (2000) realizados no final da década de 1990 e início dos anos 2000, período que os relatórios sobre responsabilidade social corporativa começavam a ganhar maior força, destacaram a precariedade desses relatórios para a época.

O estudo de Milne e Adler (1999) analisou o conteúdo de 10 relatórios anuais escolhidos de forma aleatória de empresas que publicaram em língua inglesa, seus resultados apontam que o que foi relatado se deu de forma pouco confiável. Unerman (2000) por sua vez demonstrou que não foi o fato da empresa escrever em seu relatório de sustentabilidade várias frases que a fez um maior número de informações sócio ambientais. Sobre isso Milne e Adler (1999) vão mais longe e consideraram que só após os preparadores relatarem em média 20 relatórios sócio ambientais é que poderiam emitir relatórios de forma segura, dado a precariedade dos relatórios de RSC emitidas pelas empresas na época e sua lenta evolução.

Dessa forma, ao considerar a precariedade dos relatórios sócio ambientais e sua lenta evolução no período anterior ao IIRC, torna-se compreensível o fato de um dos itens mais demandados ser a materialidade e a responsabilização das informações, sendo objeto de oposição pelos preparadores e de maior clareza para os investidores.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo identificar se houve a formação de grupos de interesse, na etapa de *Consultation Draft* na elaboração do RI, além de identificar as características apresentadas nos argumentos utilizados pelos remetentes para as questões referentes a materialidade e responsabilização das informações contidas no relatório.

A pesquisa se justificou pelo fato do RI surgir como uma tendência de relatório corporativo, participando de sua elaboração diversas bolsas de valores, entidades não governamentais como o IASB. A questão de materialidade e responsabilização foram as escolhidas pois, é a materialidade o que vai determinar o conteúdo que será apresentado no RI; e a responsabilização divulgará os responsáveis legais pelas informações apresentadas. Assim, diante da importância em se determinar o que será relatado e quem será responsabilizado por tais relatos é que essas questões foram escolhidas.

Os estudos que serviram de base foi o de Sutton (1984) que expôs que cada partido ao realizar *lobbying* buscará fazer valer o seu próprio interesse. Os estudos de Puro (1984), Hansen (2011), Jorissen et al. (2012), Carmo (2014) e Tavares (2016) que serviram de base para delimitar os grupos e a forma que se daria sua participação. E o trabalho de Reuter e Messner (2015) por ter sido o primeiro a estudar o *lobbying* no IIRC, no entanto a etapa considerada por eles foi a fase de DP.

O modelo utilizado pelo estudo foi a regressão logística para determinar a formação dos grupos de interesse; em seguida foram realizadas técnicas de nuvem, frequência e árvore de palavras para identificar quais palavras foram as mais utilizadas ao se construir os argumentos utilizados pelo lobista. A análise de cluster foi a técnica utilizada para isolar as justificativas apresentadas por cada remetente.

Os resultados encontrados por este estudo apontam que não houve formação de grupos de interesse em nenhuma das duas questões consideradas. No entanto, foi achado uma oposição existente entre os preparadores de relatórios financeiros e usuários detentores do capital financeiro. Outro achado da pesquisa foi que usuários que não são detentores do capital financeiro ficaram do lado dos preparadores, indicando assim uma relação de antagonismo entre os usuários provedores de capital financeiro e demais usuários. As empresas de contabilidade, por outro lado, permaneceram do lado dos investidores se opondo aos seus principais contratantes que são os preparadores.

Esses achados concordam com o que foi exposto por Sutton (1984) de que preparadores e usuários possuem uma relação oposta, levantando evidências que isso ocorre até na elaboração do RI. O fato das empresas de contabilidade se oporem aos

preparadores concordam com o trabalho de Puro (1984) de que empresas de contabilidade praticaram *lobbying* favorável a implantação de uma norma sempre que identifique uma nova demanda de mercado. E se opõe ao identificado por Georgiou (2004), Giner e Arce (2012) e Jorissen et al. (2012), em que argumentavam que preparadores e contabilidade tendiam a formar uma única coalizão.

No tocante a resposta, foi encontrado que a justificativa mais utilizada foi a conceitual, concordando com o que foi encontrado por Reuter e Messener (2015) na primeira etapa do RI e por outros autores como Tutticci et. al (1994), Jupe (2000), Stenka e Taylor (2010) e Giner e Arce (2012) quando analisaram o *lobbying* nas normas de contabilidade financeira. No entanto, ao focar nos argumentos utilizados foi identificado que os concordantes e opositores possuíam frequências de palavras semelhantes, indicando uma utilização de termos comuns em suas justificativas. A análise de *cluster* encontrou que alguns lobistas utilizaram o mesmo argumento para concordar ou discordar com a proposta do IIRC. Essa estrutura semelhante de argumento utilizada pelos lobistas para concordar ou discordar do que foi proposto pelo IIRC foi algo semelhante ao identificado por Hartwing (2012), que também identificou junto ao IASB que a mesma estrutura de argumento era empregada para justificar a concordância ou a discordância com o que era proposto.

Este estudo conclui que não houve formação de grupos de interesse nas questões analisadas do RI. Isso indica que os lobistas apesar de possuírem interesses diversos com a elaboração e homologação do RI, não se uniram em coalizões que apresentassem significativa influência frente ao IIRC. Outra conclusão chegada é que os argumentos apresentados por Flower (2015) e Thomson (2015) possuem sentido, uma vez que os investidores concordaram com o que foi proposto pelo RI, para as duas questões analisadas, indicando, assim, que o IIRC ao elaborar o RI, considerava os investidores e seus interesses como usuários primários do RI.

Essa pesquisa se limitou a estudar apenas a décima primeira e décima sétima questão, restando outras a serem observadas. Como sugestão de pesquisa futura se orienta considerar o sucesso no *lobbying* por parte dos grupos de interesse.

REFERÊNCIAS

A4S & GRI. **Press Release: Formation of the International Integrated Reporting Committee (IIRC)**, 2nd August 2010. <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/03/Press-Release1.pdf>> Acesso em: 02/10/2017. Ano: 2010.

ACCOUNTANT AND APPRAISER SUPERVISORY CENTER – MINISTRY OF FINANCE OF REPUBLIC INDONESIA. **Comment Letter n.º. 327**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

AEGON NV. **Comment Letter n.º. 58**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

AFEP. **Comment Letter n.º. 112**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

ALLIANZ SE. **Comment Letter n.º. 88**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

APG ASSET MANAGEMENT. **Comment Letter n.º. 297**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

BC INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION. **Comment Letter n.º. 275**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

BDO INTERNATIONAL LIMITED. **Comment Letter n.º. 234**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

BEARING POINT FRANCE. **Comment Letter n.º. 349**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

BENELUX PILOT PROGRAMME PARTICIPANTS. **Comment Letter n.º. 116**.<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013. Disponível em

BEWLEY, Kathryn; LI, Yue. Disclosure of environmental information by canadian manufacturing companies: a voluntary disclosure perspective. **Advances in Environmental Accounting & Management**, Volume 1, pages 201–226. Ano: 2000.

BOTZEM, S. **The politics of accounting regulation: organizing transnational standard setting in financial reporting**. Edward Elgar Pub, ano: 2012.

BUSCO, Cristiano; FRIGO, Mark L.; RICCABONI, Angelo; QUATTRONE, Paolo. **Integrated Reporting: Concepts and cases that redefine corporate accountability**. London: Springer International Publishing, ano: 2013.

BÜTHE, T.; MATTLI, W. **The new global rules: the privatization of regulation in the world economy**. Pincinton university press, ano: 2011.

CANADIAN INVESTOR RELATIONS INSTITUTE. **Comment Letter n.º. 248.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Roberto. Relato integrado a nova revolução contábil. **Revista FIPECAFI**, Vol. 1, agosto, ano: 2014.

CORPORATE CONTEXT. **Comment Letter n.º. 192.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

DELOITTE. Integrated reporting. A better view? Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/binary/sustain/1109integratedreportingview.pdf>>. Acesso em: 23/01/2017. Ano: 2011.

DEMARIA, S., DUFOUR, D., LOUISYLOUIS, M. e LUU, P. **An exploratory study of the exposure draft of IAS 19 due process**, available at: http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/69/09/43/PDF/431_Demaria_Dufour_Louisy-Louis_Luu.pdf. Ano: 2012.

DOWNS, A, **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row. Ano: 1957.

ECCLES, Robert G.; KRZUS, Michael P.; RIBOT, Sydney. **The integrated Reporting Movement: Meaning, momentum, motives, and materiality**. John Willey & Sons. Ano: 2015.

ENRIQUE PRINE. **Comment Letter n.º. 51.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

ERNST & YOUNG, **Integrated reporting survey results**. Disponível em: <<http://www.hesabras.com/fa/filepool/download/8583610022684d3c8d0310f8536aa963?redirectpage=/fa/archive>>. Acesso em: 23/01/2017. Ano: 2011.

FASAN M.; MIO C.; PAULUZZO R.; Internal application of IR principles: Generali's Internal Integrated Reporting, **Journal of Cleaner Production**. doi: 10.1016/j.jclepro.2016.07.149. Ano: 2016.

FIBRIA CELULOSE SA. **Comment Letter n.º. 261.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

FUJI XEROX AUSTRÁLIA. **Comment Letter n.º. 169.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-f-j/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

FLOWER, J. The international integrated reporting council: a story of failure, **Critical Perspectives on Accounting**, doi:10.1016/j.cpa.2014.07.002. Ano: 2015.

FMO NV. **Comment Letter n.º. 111.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-f-j/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

GEORGIU, G. Corporate Lobbying on Accounting Standards: Methods, Timing and Perceived Effectiveness. **Abacus**, v. 40, n. 2, p. 219 – 237. Ano: 2010.

GINER, B. e ARCE, M. Lobbying on accounting standards: evidence from IFRS 2 on share-based payments”, **European Accounting Review**, Vol. 21 No. 4, pp. 655-691. Ano: 2012.

GRAY, R., & BEBBINGTON, K. J. Environmental accounting, managerialism and sustainability: Is the planet safe in the hands of business and accounting? Advances in **Environmental Accounting & Management**, 1, 1_44. Ano: 2000.

GRAY, Rob. Social, environmental and sustainability reporting and organisational value creation?: Whose value? Whose creation?, **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 19 Iss: 6, pp.793 – 819. Ano: 2006.

GRI. **Materiality**. Disponível em <<https://g4.globalreporting.org>>. Acesso em: 29/09/2016. Ano: 2013.

GROUP SUBMISSION: DANIELA SALVIONI AND LUISA BOSETTI. **Comment Letter n°. 15**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

HANSEN, T. B. Lobbying of the IASB: An empirical investigation. **Journal of international accounting research**, 10(2), 57-75, ano: 2011.

HARTWING, F. Preparers’ and non-preparers’ lobbying on the proposed prohibition of goodwill amortisation in ED3 ‘business combinations’. **The Finnish Journal of Business Economics**, 63(3-4): 30-60. Ano: 2012.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: are view of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v.31, p.405 - 440, 2001.

HOCHBERG, Y.V., SAPIENZA, P. e VISSING-JORGENSEN, A. A lobbying approach to evaluating the sarbanes-oxley act of 2002, **Journal of Accounting Research**, Vol. 47 No. 2, pp. 519-583. Ano: 2009.

IASB. **Our structure**. Disponível em:<<http://www.ifrs.org/about-us/our-structure/>> Acesso em: 06/10/2017. Ano: 2017.

IIRC. **Framework Development: <IR> Discussion Paper**. Disponível em <<http://integratedreporting.org/resource/discussion-paper/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2011.

IIRC. **International Integrated Reporting Framework**. Disponível em <<http://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013a.

IIRC. **Comments received**. Disponível em <<http://integratedreporting.org/resource/consultationdraft2013/>> Acesso em: 13/11/2016. Ano: 2013d.

IIRC. **Consultation Draft of the International <IR> Framework**. Disponível em <<http://integratedreporting.org/resource/consultationdraft2013/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013c.

IIRC. **Structure of the IIRC**. Disponível em <<https://integratedreporting.org/the-iirc-2/structure-of-the-iirc/>> Acesso em: 06/10/2017. Ano: 2017.

IIRC. **Summary of significant issues**. Disponível em <<http://integratedreporting.org/resource/summary-of-significant-issues/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013b.

INTERNATIONAL CORPORATE GOVERNANCE NETWORK (ICGN). **Comment Letter n.º. 32.** Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

JAMES ROHAN. **Comment Letter n.º. 17.** Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

JORISSEN, A., LYBAERT, N., ORENS, R.; TAS, van der. A geographic analysis of constituents' formal participation in the process of international accounting standard setting: do we have a level playing field?”, **Journal of Accounting and Public Policy**, Vol. 32 No. 4, pp. 237-270. Ano: 2013.

JORISSEN, A.; LYBAERT, N.; ORENS, R.; TAS, van der. Formal participation in the iasb's due process of standard-setting: a multi-issue/multi-period analysis, **European Accounting Review**, Vol. 21 No. 4, pp. 693-729. Ano: 2012.

JUPE, R.E. Self-referential lobbying of accounting standards board: the case of financial reporting standard No. 1”, **Critical Perspectives on Accounting**, Vol. 11 No. 3, pp. 337-359. Ano: 2000.

KPMG. **Integrated reporting. Performance insight through better business reporting. Issue 2.** Disponível em: <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2012/06/KPMG-Integrated-Reporting-Performance-Insight-Through-Better-Business-Reporting-Issue-2.pdf>>. Acesso em: 23/01/2017. Ano: 2012.

KURT RAMIM. **Comment Letter n.º. 103.** Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

KWOK, W.C.C.; SHARP, D. Power and international accounting standard setting: evidence from segment reporting and intangible assets projects, **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 18 No. 1, pp. 74-99. Ano: 2005.

LARSON; ROBERT K. Corporate Lobbying of the International Accounting Standards Committee. **Journal of International Financial Management and Accounting**. ed. 8 n.º 3. Ano: 1997

LI, Y.; RICHARDSON, G. D.; THORNTON, D. B. Corporate Disclosure of Environmental Liability Information: Theory and Evidence. **Contemporary Accounting Research**, 14(3), 435–474. Ano: 1997.

LING, Qianhua; MOWEN, Maryanne M. Competitive Strategy and Voluntary Environmental Disclosure: Evidence from the Chemical Industry. **Accounting and the Public Interest**: December 2013, Vol. 13, No. 1, pp. 55-84. Ano: 2013.

LINTHICUM, C.; A. REITENGA,; SANCHEZ, J. Social responsibility and corporate reputation: The case of the Arthur Andersen Enron audit failure. **Journal of Accounting and Public Policy** 29 (2): 160–176. Ano: 2010.

LODESTAR. **Comment Letter n.º. 119.** Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

MARKS AND SPENCER PLC. **Comment Letter n.º. 188.** Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

MAS BUSINESS. **Comment Letter n.º. 334.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

MEIER, HEIDI H.; ALAM, PERVAIZ; PEARSON, MICHAEL. Auditor Lobbying for Accounting Standards: The Case of Banks and Savings and Loan Associations, **Accounting and Business Research**, 23:92, ano: 1993.

MIO, CHIARA. **Integrated reporting a new accounting disclosure.** Cap. 3. London: Palgrave macmillan, ano: 2016.

MILNE, MARKUS; ADLER, RALPH. Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 12 No. 2, 1999, pp. 237-256. Ano: 1999.

ORENS, R., JORISSEN, A., LYBAERT, N.; TAS; Van Der. Corporate lobbying in private accounting standard setting: does the IASB have to reckon with national differences?, **Accounting in Europe**, Vol. 8 No. 2, pp. 211-234. Ano: 2011.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Towards better business reporting.** Disponível em: <<http://www.pwc.com/gx/en/audit-services/corporate-reporting/integrated-reporting/assets/pwc-towards-better-reporting-opinion-pdf.pdf>>. Acesso em: 23/01/2017. Ano: 2012.

RABOBANK. **Comment Letter n.º. 86.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

REUTER, Marek; MESSNER, Martin. Lobbying on the integrated reporting framework, **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 28 Iss 3 pp. 365 – 402. Ano: 2015.

ROYCHOWDHURY, Sugata; SLETTEN, Ewa. Voluntary Disclosure Incentives and Earnings Informativeness. **The Accounting Review**: September 2012, Vol. 87, No. 5, pp. 1679-1708. Ano: 2012.

RYAN, Bob; SCAPERS, Robert W.; THEOBAC, Michael. **Research Method and Methodology in finance and accounting.** Learning, Second editon. Ano: 2009.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. **Research Methods for Business Students.** Perason, 7ª ed. Ano: 2016.

SCOTT, William R. **Financial Accounting Theory.** 5 ed. Toronto: Pearson, ano: 2009.

SEARCY, C., & BUSLOVICH, R. Corporate perspectives on the development and use of sustainability reports. **Journal of Business Ethics**, 121(2), 146_169. Ano: 2014.

SERCOM CONSULTING. **Comment Letter n.º. 141.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

STIGLER, George J. The Theory of Economic Regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, v. 2, n. 1, p. 3–21, ano: 1971.

SUSTAINABILITY ADVANTAGE. **Comment Letter n.º. 312.** Disponível em <<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>> Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

SUTTON, T.G. Lobbying of accounting standard-setting in the UK and the USA: a downsian analysis, **Accounting, Organizations and Society**, Vol. 9 No. 1, pp. 81-95. Ano: 1984.

TANDY, P.R. e WILBURN, N.L. The academic community's participation in standard setting: submission of comment letters on SFAS nos. 1-117, **Accounting Horizons**, Vol. 10 No. 3, pp. 192-111. Ano: 1996.

TAVARES, Marcia F. Neves. **Fatores determinantes do sucesso de lobbying na norma de receitas : análise das etapas mais prováveis de influência sobre os Boards**. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21298>> Acesso em: 10/10/2016. Ano: 2016.

THOMSON, I. 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'the international integrated reporting council: a story of failure' by flower, J, **Critical Perspectives on Accounting**, doi: 10.1016/j.cpa.2014.07.003. Ano: 2015.

TRUEVALUE. **Comment Letter nº. 42**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

TUNICO, Flávio R. Leal; RODRIGUES, Raimundo Nonato. Participação das Empresas dos Países Emergentes na Definição do Framework do Relato Integrado: Análise do Consultation Draft de 2013. **X Seminário UFPE de Ciências Contábeis**, ano: 2016.

UNERMAN, JEFFREY. Methodological issues Reflections on quantification in corporate social reporting content analysis", **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 13 Iss 5 pp. 667 – 681. Ano: 2000.

WALES AUDIT OFFICE. **Comment Letter nº. 182**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

WATTS, R.L. e ZIMMERMAN, J.L. Toward a positive theory of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**, Vol. 53 No. 1, pp. 112-34. Ano: 1978.

WATTS, R.L. e ZIMMERMAN, J.L. Auditors and the Determination of Accounting Standards. **Unpublished manuscript. Rochester, NY: University of Rochester**. Ano: 1982.

WBCSD. **Comment Letter nº. 217**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

WSBI. **Comment Letter nº. 237**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

WWF UK. **Comment Letter nº. 198**. Disponível em<<http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>>Acesso em: 01/10/2016. Ano: 2013.

YOUNG, J.J. Making up users. **Accounting, Organizations and Society**, Vol. 31 No. 6, pp. 579-600. Ano: 2006.